

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

**THAMIRIS EVERTON SILVA**

**A CATALOGAÇÃO NO MUSEU HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO MARANHÃO:  
tratamento do acervo e contribuição para a recuperação informacional na Cidade de  
São Luís – MA**

São Luís

2022

**THAMIRIS EVERTON SILVA**

**A CATALOGAÇÃO NO MUSEU HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO MARANHÃO:  
tratamento do acervo e contribuição para a recuperação informacional na Cidade de  
São Luís – MA**

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia, do Centro de Ciências Sociais da, Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Silvana Maria de Jesus Vetter.

São Luís

2022

Silva, Thamiris Everton.

A Catalogação no Museu Histórico e Artístico do Maranhão : tratamento do acervo e contribuição para a recuperação informacional na Cidade de São Luís / Thamiris Everton Silva. - 2022.

61 f.

Orientador(a): Silvana Maria de Jesus Vetter.

Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Catalogação. 2. Museu Histórico e Artístico do Maranhão. 3. São Luís - MA. I. Vetter, Silvana Maria de Jesus. II. Título.

**A CATALOGAÇÃO NO MUSEU HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO MARANHÃO:  
tratamento do acervo e contribuição para a recuperação informacional na Cidade de  
São Luís - MA**

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia, do Centro de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvana Maria de Jesus Vetter.

Aprovada em    /    /

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvana Maria de Jesus Vetter** (Orientadora)  
Doutorado em Ciência da Informação - IBICT/UFRJ  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof. Dr. Marcio Ferreira da Silva**  
Doutorado em Ciência da Informação - UNESP  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof<sup>a</sup>. M<sup>a</sup>. Maria Cléa Nunes**  
Mestra em Educação - UFMA  
Universidade Federal do Maranhão

À minha mãe, ao meu pai e à minha irmã, a quem eu amo muito.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela bênção de ter entrado na Universidade Federal do Maranhão e por conseguir conciliar o estudo com o trabalho. Sem ele eu não teria conseguido. Serei grata pelo resto da minha vida. Não há palavras que possam descrever o quão importante foram essas duas graças na minha vida.

À Universidade Federal do Maranhão por me proporcionar ingressar nessa instituição e adquirir novos conhecimentos através do Curso de Biblioteconomia, e do convívio no ambiente de estudo com os colegas com quem aprendi muito.

Às professoras e aos professores do Curso de Biblioteconomia, por todo ensinamento, oportunidades, conselhos e todas as demais contribuições para minha formação, e também pelas descontrações nos momentos oportunos.

Agradeço, em especial, à professora Silvana Maria de Jesus Vetter, minha orientadora, por toda contribuição, conhecimento, carinho, atenção e paciência para o desenvolvimento deste trabalho, pela força e risadas que de certa forma me acalmaram.

Aos professores que estiveram presentes na banca examinadora, professora Maria Cléa Nunes e professor Marcio Ferreira da Silva, por todas as contribuições para a finalização desta pesquisa.

À minha família que é minha base para tudo na vida; especialmente à minha mãe Rosiana Everton, ao meu pai Hermenegildo Silva e à minha irmã Thailane Silva; pelo amor, carinho e apoio tanto no trabalho quanto no estudo, pois sempre se mantiveram ao meu lado me dando forças e me ajudando. A eles minha eterna gratidão.

Aos meus colegas de trabalho que me apoiaram e que contribuíram para meu seguimento no curso de graduação. Sem o apoio deles eu não sei se teria conseguido continuar no curso.

Às minhas amigas e aos meus amigos de faculdade pela amizade: Lucelia Almeida, Geisiane Mendonça, Mariana Viegas, dentre outros, pela ajuda, apoio nos estudos e serviço e, pelos momentos de extroversão também, cada um representou e representa muito na minha vida, e estarão para sempre em meu coração.

A história é êmula do tempo, repositório dos fatos, testemunha do passado, exemplo do presente, advertência do futuro.

(Miguel de Cervantes)

## RESUMO

O estudo contempla o tratamento documental do acervo do Museu Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM), com ênfase no processo de catalogação, na sua utilidade para a recuperação da informação. O objetivo geral é averiguar as estratégias adotadas no tratamento do acervo desse museu, com vistas a compreender como essas ações contribuem no resgate e socialização da história da Cidade de São Luís - MA. O estudo abrange três etapas, sendo a primeira a pesquisa bibliográfica, utilizada para definir, apresentar as funções e os instrumentos da catalogação, em especial, a catalogação descritiva em museus, como parte do tratamento técnico, além de discutir sobre o museu como fonte de informação. A segunda etapa é a pesquisa de campo, que envolve a entrevista com a museóloga da instituição, visando identificar os instrumentos e métodos empregados no processo de catalogação do seu acervo, para refletir se esse processo é compreensível para o usuário nas tarefas de busca e recuperação da informação. A análise dos dados da entrevista evidencia que o processo de catalogação do acervo desse museu continua seguindo padrões adotados desde sua fundação, baseados nos princípios do Conselho Internacional de Museus (ICOM), processo esse que ainda é feito manualmente, embora esteja em decurso de atualização com o uso da plataforma Tainacan. Porém, esse método ainda é muito lento. Por meio da catalogação o usuário do museu pode obter informações relacionadas à história da cidade com base nos dados registrados e disponibilizados para pesquisa e conhecimento. As visitas ao local são importantes por permitirem ao usuário um contato físico com os objetos museais, o que desperta sentimento, emoção, e gera conhecimento. A partir desses resultados é possível concluir que a catalogação de objetos museais é fundamental para a compreensão e recuperação da história da cidade de São Luís, pois através desse processo, gerações futuras poderão ter acesso às informações de uma vida passada e que contribuirão para o entendimento do presente e para futuras pesquisas.

Palavras-chave: Catalogação; Museu Histórico e Artístico do Maranhão; Catalogação Descritiva no MHAM; São Luís - MA.

## **ABSTRACT**

The study contemplates the documentary treatment of the collection of the Historical and Artistic Museum of Maranhão (MHAM), with emphasis on the cataloging process, in its usefulness for the retrieval of information. The general objective is to investigate the strategies adopted in the treatment of the collection of this museum, in order to understand how these actions contribute to the rescue and socialization of the history of the City of São Luís - MA. The study includes three stages, the first being the bibliographic research, used to define, present the functions and instruments of cataloging, in particular, descriptive cataloging in museums, as part of the technical treatment, in addition to discussing the museum as a source of information. information. The second stage is the field research, which involves an interview with the institution's museologist, aiming to identify the instruments and methods used in the cataloging process of its collection, to reflect on whether this process is understandable to the user in the search and recovery tasks. of information. The analysis of the interview data shows that the process of cataloging the collection of this museum continues to follow standards adopted since its foundation, based on the principles of the International Council of Museums (ICOM), a process that is still done manually, although it is in the process of being updated. using the Tainacan platform. However, this method is still very slow. Through cataloging, the museum user can obtain information related to the history of the city based on recorded data made available for research and knowledge. Visits to the site are important because they allow the user to have physical contact with the museum objects, which arouses feeling, emotion, and generates knowledge. From these results it is possible to conclude that the cataloging of museum objects is fundamental for the understanding and recovery of the history of the city of São Luís, because through this process, future generations will be able to have access to information from a past life and that will contribute to the understanding present and for future research.

**Keywords:** Cataloging; Historical and Artistic Museum of Maranhão; Descriptive Cataloging in the MHAM; São Luís - MA.

## LISTA DE SIGLAS

AACR	Código de Catalogação Anglo Americano
FRAD	Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade
FRBR	Requisitos Funcionais para Dados Bibliográficos
FRSAD	Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade do Assunto
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
ISBD	Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada
MARC	Catalogação Legível por Computador
MHAM	Museu Histórico e Artístico do Maranhão
RDA	Recurso, Descrição e Acesso
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 A CATALOGAÇÃO DESCRITIVA NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO</b> .....	15
<b>2.1 Entendendo a Catalogação</b> .....	16
<b>2.2 Funções da Catalogação</b> .....	18
<b>2.3 Instrumentos de catalogação descritiva em unidades de informação: ISBD, AACR2, modelos conceituais e RDA</b> .....	19
<b>3 A CATALOGAÇÃO DESCRITIVA EM MUSEUS</b> .....	23
<b>3.1 O museu como fonte de informação</b> .....	23
<b>3.2 Instrumentos de catalogação em museu</b> .....	24
<b>3.3 A descrição do objeto museal</b> .....	28
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	30
<b>5 RESULTADOS</b> .....	31
<b>5.1 Museu Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM)</b> .....	31
<b>5.2 Análise da Entrevista</b> .....	32
5.2.1 Composição do acervo .....	32
5.2.2 Política de organização da coleção .....	35
5.2.3 Tratamento descritivo dos objetos .....	36
5.2.4 Contribuição do museu na informação do cidadão .....	46
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	49
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	51
<b>ANEXO A – OBJETOS QUE FAZEM PARTE DA COLEÇÃO DO ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO MARANHÃO (MHAM)</b> .....	56
<b>ANEXO B – CARTA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA</b> .....	59
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA</b> .....	60

## 1 INTRODUÇÃO

O ser humano sempre teve a necessidade de organizar informações, pois estas levam ao conhecimento sobre algo ou alguém. Na Antiguidade existiam pergaminhos e papiros, entre outros tipos de suportes nos quais eram registradas as informações relacionadas ao governo e à sociedade daquela época, e, atualmente são encontradas em papel, discos, computadores, dentre outros suportes informacionais. Com o passar do tempo as informações precisaram ser organizadas, com o intuito de facilitar a sua localização. Neste sentido, como argumenta Yassuda (2009), a organização da informação possibilita a extração de elementos relevantes, de um contexto informacional, de modo que estes elementos representem, da maneira mais fiel, os documentos<sup>1</sup>.

A organização da informação contribui na simplificação de processos, na criação de rotinas, no estabelecimento de regras e princípios a serem aplicados, com o objetivo de reduzir incertezas e complexidades no tratamento dos registros do conhecimento. O objetivo é criar ambientes favoráveis que possibilitem a busca, identificação, seleção e uso da informação pelo usuário. As bibliotecas, assim como outras unidades de informação, elaboram política de organização para nortear as atividades desenvolvidas na entidade, bem como a gestão do tratamento do acervo que objetiva descrever detalhadamente as informações sobre algum assunto ou item, para que chegue de forma clara ao usuário que dela necessita. O museu não é diferente, além de atuar na preservação da memória através do tratamento e armazenamento de objetos, trabalha na disseminação da memória que esses objetos representam.

Na visão de Medeiros (2020) as unidades de informação, como os museus, coletam, tratam, organizam e disponibilizam materiais que consideram potencialmente informativos para os usuários. Para a execução dessas tarefas, costumam recorrer aos sistemas documentais que lhes possibilitem organizar as informações sobre os registros do conhecimento, de modo eficiente e eficaz, de forma que os usuários os encontrem e os utilizem no atendimento de suas necessidades informacionais.

---

<sup>1</sup> Neste estudo, destaca-se o pensamento de Otlet (2018) que apresenta a noção de documento como algo que objetifica o conhecimento, pois consiste não somente em palavras escritas ou impressas, mas também em objetos, figuras, ilustrações, partituras musicais, enfim, tudo que documente algo, e partir daí assuma valor probatório, pois abrange tanto os textos manuscritos e impressos quanto tudo que se emprega como meio de realização da promoção intelectual e meio de transmissão das aquisições cognitivas humanas. Os documentos são constituídos por um conjunto de fatos ou ideias apresentados em formatos diversos, ordenados conforme uma classificação. Constituem-se em um suporte, feito de determinado material com características e dimensões específicas, onde são registrados os signos representativos de certos dados intelectuais. Por fim, podem ser considerados como qualquer elemento com valor documental, como fotos, filmes, papéis, peças, objetos, materiais de áudio e vídeo, indumentárias, objetos de arte entre outros que posam comprovar a veracidade ou evidência científica de algum fato, teoria, situação, ou acontecimento.

Desse modo, é válido dizer que a organização da informação envolve processos como por exemplo, a representação descritiva ou Catalogação dos registros do conhecimento, que Mey e Silveira (2009, p. 7) definem como “[...] como um conjunto de informações que simbolizam um registro do conhecimento [...]”, ou seja, trata-se de um processo que procura representar esse registro, por meio do levantamento de suas características, levando em consideração, também, as necessidades do usuário.

O processo de catalogação requer o uso de instrumentos específicos, fundamentais para o controle bibliográfico, a exemplo do Código de Catalogação Anglo Americano 2ª edição (AACR2), da norma Recurso, Descrição e Acesso (RDA), dentre outros. Outro fator importante a ser considerado nesse processo é o avanço das tecnologias, em especial das tecnologias de informação e comunicação (TIC), que influenciaram mudanças tanto na geração de informação quanto no seu registro, tratamento, armazenamento, acesso e uso. Esse novo cenário afetou diretamente as formas de lidar com a informação e com os usuários nas diversas unidades de informação, entre elas o museu, que segundo Padilha (2014), tem recorrido aos sistemas automatizados, para a realização de atividades de organização e tratamento documental, para ampliarem a funcionalidade e disponibilização da informação.

Considerando a importância do processo de Catalogação para a garantia da qualidade na gestão, recuperação e uso da informação, disposta nos registros do conhecimento, inclusive nos objetos museais, este estudo tem como principal foco a Catalogação em museu. No ponto de vista de Padilha (2014), o museu, tem como objetivo o armazenamento, a preservação e a disseminação de informações dispostas nos objetos museais, que compõem as coleções museológicas, importantes fontes de informação para diversos objetivos: curadoria, pesquisa científica, ações culturais e educativas, entre outros aspectos.

Considerando o que foi explicitado, a questão de partida desta pesquisa procura saber como o processo de organização da coleção do MHAM contribui no resgate e socialização da história da cidade de São Luís e se o método empregado no tratamento técnico desse acervo permite a comunicação e compreensão do usuário.

Por compreender a essencialidade dos objetos museais para o resgate da história e memória da sociedade, neste caso, a sociedade maranhense, o objetivo geral desta pesquisa é averiguar as estratégias adotadas no tratamento do acervo do MHAM, com vistas a compreender como essas ações contribuem no resgate e socialização da história da Cidade de São Luís. Para tanto, procura-se

- a) discorrer sobre a Catalogação como fonte de informação para a sociedade;
- b) discutir sobre a Catalogação descritiva em museu;

- c) identificar os instrumentos e métodos empregados no processo de Catalogação do acervo do MHAM.

A organização do acervo museal é fundamental para que essa instituição atinja o seu objetivo social, que é transmitir ao público toda a história de um passado que ali está representada. Desta forma, a descrição desse acervo se torna significativa, por possibilitar a essa instituição cumprir sua função social, que é tornar acessível a informação (SILVA, 2013).

A descrição do acervo museal é uma ação fundamental para a recuperação da informação desses objetos, que representam a história e a memória de um povo. Descrição esta feita por meio de instrumentos e técnicas específicas, como por exemplo, a Catalogação descritiva, cuja função é representar os itens, por meio de metadados extraídos com base nas suas características físicas e de conteúdo. Sendo a Museologia um campo interdisciplinar, cabe mencionar que boa parte de suas características são semelhantes à Biblioteconomia e à Arquivologia, em especial na sua tradição milenar, na ocupação com a preservação e organização dos registros do conhecimento, especificamente os objetos museais e, também, com a acessibilidade e produção de conhecimentos manualísticos e procedimentais, conforme comenta Araújo (2011).

Neste sentido, a Catalogação é uma atividade fundamental no tratamento do acervo museal por exercer a função de representar os itens por meio de metadados. Assim, uma das relações essenciais, que se pode perceber entre a Biblioteconomia e a Museologia, é a necessidade de desenvolver e otimizar atividades técnicas como a Catalogação, para a recuperação da informação. Essas proximidades entre as áreas, além de outros fatores, justificam a necessidade de se desenvolver este estudo que trata de catalogação e museus.

O interesse por esta temática surgiu durante a disciplina Representação Descritiva, ministrada no Curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na qual foi possível conhecer e vivenciar diferentes formas de catalogar diversos tipos de itens, inclusive os museais. Em visita ao MHAM, esse interesse tornou-se mais evidente, por ter sido um momento de contato direto com os objetos e com a história que cada um deles representa.

É importante mencionar que a relevância deste estudo também está no fato de o museu ser muito mais do que um espaço para se apreciar obras de arte, trata-se de um ambiente de aprendizado que pode fazer o usuário voltar no tempo e se conectar com realidades de outras épocas, de modo que conheça a história e a memória do lugar, das pessoas que ali viveram, de seus antepassados, da cultura de um povo, entre outras vantagens. Há diversos motivos que

levam as pessoas a irem ao museu, alguns o visitam por curiosidade, outros para fins de pesquisa e outros o frequentam porque gostam e se sentem bem nesses ambientes. Vale lembrar que:

O museu não é apenas um lugar espetacular sobre cultura, patrimônio, memória. É um lugar que cultua, que adjetiva, promove aprendizagem e possibilita novos conhecimentos. O prazer e a fruição existem, mas acima de tudo, o museu precisa estar pronto para dizer para quem existe. É necessário que o público também o questione e que experimente sensações de pertencimento e estranhamento. (SILVA, 2013, p. 23)

Este estudo foi estruturado em seis seções. A primeira menciona como o trabalho está estruturado bem como os objetivos e questões que norteiam a pesquisa. A segunda trata sobre a Catalogação descritiva no processo de organização do conhecimento, na qual é apresentado o conceito “Catalogação”, bem como suas funções e os instrumentos de descrição utilizados em unidades de informação. A terceira seção refere-se ao processo de Catalogação descritiva em museus, discutindo-se o museu como fonte de informação, os instrumentos utilizados nessa instituição e o processo de descrição do objeto museal.

Em seguida aponta-se a metodologia utilizada que se deu com base em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, com coleta de dados no Museu Histórico e Artístico do Maranhão, por meio de entrevista. Além disso, apresentam-se os resultados da pesquisa feita no MHAM, visando compreender a contribuição da Catalogação do acervo dessa entidade, para a recuperação de informações históricas da Cidade de São Luís.

## **2 A CATALOGAÇÃO DESCRITIVA NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**

A organização do conhecimento está ligada à organização do pensamento, pois este precisa estar ordenado para melhor ser socializado, é um tema que vem sendo estudado por várias áreas do conhecimento, a exemplo da Ciência da Informação que estuda as atividades relacionadas ao processo de desenvolvimento da informação que ocorre desde a organização até sua recuperação, buscando responder a como o conhecimento pode ser representado (LIMA; ALVARES, 2012).

Nessa perspectiva, a organização do conhecimento remete a um estudo das ideias, buscando ordená-las de acordo com suas características ou seus pontos em comum, fazendo a sistematização para a construção de conceitos e mediação das informações, para sua melhor representação, armazenamento e recuperação. Segundo Lima e Alvares (2012, p. 33), “[...] representar o conhecimento é uma tentativa de se apropriar dos elementos informacionais existentes nas estruturas e processos mentais que compõem o conhecimento individual, para que o saber possa ser socializado.”.

Estas informações tendem a ser descritas, registradas, o que pode ser chamado de representação da informação, cuja organização, conforme Lima e Alvares (2012), tem como principal objetivo a retomada de objetos informacionais encontrados nos diferentes suportes existentes, como textos, imagens e recursos online.

A representação da informação ocorre de várias formas, seja através da imagem formada na mente humana ao ver um objeto ou ler um documento, a contar também o contexto no qual está inserido, seja por descrever essa imagem em forma de resumo, catálogo dentre outras, a qual permite que características e informações sobre o registro do conhecimento sejam identificadas sem que este tenha sido diretamente acessado, embora não se descarte essa possibilidade.

Quando se representa algo está se fazendo uma substituição, pois representar, como afirmam Lima e Alvares (2012), requer o uso de elementos simbólicos (palavras, figuras, imagens, entre outros) que representam os itens catalogados. É importante destacar que a representação também está presente na comunicação oral, pois, quando há diálogo, há troca de informações, uma vez que o ser humano usa o idioma, que também é uma atribuição simbólica, para se comunicar e transmitir mensagens.

Assim também ocorre com o processo de representação do item por meio da Catalogação descritiva, pois trata não só do registro do conhecimento escrito, mas também

oral, imagético, sonoro, físico, digital, virtual entre outros. Esse processo é necessário porque as informações estão presentes no cotidiano humano, em grande fluxo, e muitas vezes, de forma desorganizada, independente do suporte onde estejam registradas, e, para serem recuperadas, precisam passar por um processo de organização. Por isso a organização da informação e do conhecimento exigem a fiel representação dos variados itens, algo que a Catalogação descritiva faz muito bem, quando paramentada de normas e mecanismos que viabilizam a recuperação da informação (LIMA; ALVARES, 2012; LUNARDELLI; GALEMBECK, 2012).

A Catalogação, conhecida também como representação descritiva, é caracterizada segundo Alves (2014), como a descrição única de um agrupamento de informações resultante da interpretação das ideias registradas em um determinado suporte. Esse processo envolve análise profissional, visando organizar as informações referentes aos registros do conhecimento, com o objetivo de possibilitar ao usuário, a sua recuperação.

No contexto da Organização da Informação, [...] a Catalogação [...] envolve os modelos de registros de bases de dados e os aspectos teórico-procedimentais da representação descritiva. Além disso, esse processo compõe-se de atividades de identificação da estrutura dos campos dos registros e de produção destes registros, por meio das operações de descrição e de elaboração de pontos de acesso descritivos. (ORTEGA, 2013, p. 186).

Assim, cada item necessita de um código que o especifique, a fim de torná-lo único, no sentido de não haver duplicidade na codificação de obras diferentes. Por isso nesse processo de representação, os campos descritivos devem levar em conta a diversidade do universo que compõe o acervo, ou seja, disponibilizando campos que assegurem o registro de suas particularidades e peculiaridades (FABBRI; MACHADO, 2010).

## **2.1 Entendendo a Catalogação**

A Catalogação é um processo que tem como finalidade tornar o item único, criando assim uma identidade através da sua descrição, com o intuito de tanto preservar quanto disseminar a informação, método que permite individualizar um item a partir dos metadados referentes a ele (FENERICK, 2018).

Para a realização do Processo de Catalogação, primeiramente é realizada a especificação do item e em seguida a identificação dos tópicos a serem representados, a partir da leitura técnica (ALVES, 2014). Nesse processo procura-se identificar metadados como, por exemplo, o autor, ano, local de publicação, dentre outros. Também são definidos termos representativos do conteúdo, para a identificação e localização do documento catalogado. Vale lembrar que

Catalogar não é simplesmente ler as propriedades evidentes de um Item, mas uma atividade que exige habilidade para interpretar as propriedades pouco evidentes desse Item. Neste contexto, catalogação é uma atividade de padronização e regularização que utiliza categorias e padrões de descrição, a fim de obter um produto final que corresponde a uma idealização de um Item descrito. (ALVES, 2014, p. 19)

Além de possibilitar a identificação de um item, a Catalogação é também fonte de informação, por permitir a imediata localização de dados ou de materiais. Esse processo depende de todo o conhecimento do profissional catalogador, das técnicas e métodos empregados para a extração de informações essenciais. Pois irá descrever um item, mais especificamente irá detalhá-lo, destacando as suas características, as quais auxiliam na busca e recuperação de informações. Neste sentido, pode-se dizer que a Catalogação consiste no “[...] estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão e um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários.” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 7).

O processo de representar descritivamente os diversos registros do conhecimento, em toda a sua história, vem sendo impactado diretamente pelo desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação (TIC), que neste campo, contribuiu com o desenvolvimento e aprimoramento de sistemas e ferramentas de gerenciamento de unidades de informação<sup>2</sup>. Neste ramo tem-se como exemplo o formato *Machine Readable Cataloging* [Catalogação Legível por Máquina] (MARC) que trata de um “[...] conjunto de padrões para identificar, armazenar, e comunicar informações bibliográficas em formato legível por máquina, de forma que diferentes computadores e programas possam reconhecer, processar e estabelecer pontos de acesso dos elementos que compõe a descrição bibliográfica.” (ALVES; SOUZA, 2007, p. 25)

Neste sentido o formato MARC corresponde aos

Padrões de metadados [que] representam um conjunto de elementos descritivos que serão utilizados para apresentar as características de um objeto ou documento. Trata-se das informações específicas a respeito do objeto que serão armazenadas em um banco de dados, que serão utilizadas como pontos de acesso a esse documento em um sistema de busca e de recuperação da informação [...] (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2020, p. 67, acréscimo nosso)

<sup>2</sup> Com o desenvolvimento das TIC, as diversas unidades de informação, entre elas a biblioteca e o museu, tendem a caminhar para a virtualização. Neste contexto, os fazeres bibliotecários e de outros profissionais da informação também rumam para a forma virtual, mediada pelo computador e pela internet. Assim, a oferta de serviços e produtos informacionais também deve ocorrer no ambiente virtual, para atender às demandas e necessidades dos usuários. Isso exige das instituições adaptação às inovações tecnológicas, principalmente no que se refere ao processo de descrição dos itens para a geração de catálogos, no intuito de atenderem eficiente e eficazmente aos usuários, que requerem informações cada vez mais instantâneas (SANTA ANNA, 2015)

O padrão formato MARC, atualmente na versão MARC 21, passou por várias mudanças desde seu surgimento, devido à necessidade de atualização de suas particularidades para atender às demandas relativas à produção, organização, acesso, uso e reuso da informação. Este padrão possibilita, além de uma descrição detalhada eletronicamente, o intercâmbio e o fácil acesso às informações, e, também a troca de informações catalográficas entre instituições diversas, tudo isso com o auxílio do computador e da internet.

As TIC modificaram o fazer profissional do catalogador que, atualmente, é impelido a organizar a informação em ambiente digital, assim como lhe são exigidas novas práticas que atendam às tendências desse novo espaço de atuação (SANTA ANNA, 2015). Com isso, entende-se que o tratamento da informação em ambiente digital requer a competência dos profissionais da informação no trato das novas formas de representação, entre elas, os objetos digitais que têm características diferentes e específicas quanto às suas formas e estruturas, se comparadas com as dos objetos físicos, o que irá requerer um domínio específico para seu gerenciamento.

## **2.2 Funções da catalogação**

A Catalogação possibilita ao usuário a rápida localização de um item específico, bem como oportuniza às bibliotecas, aos museus e às demais unidades de informação, consultarem o acervo que não seja o seu, na busca por determinado material, promovendo a interação entre elas. Além disso, também dá autonomia ao usuário quando precisar localizar um item, possibilitando a sua interação com o documento (MEY; SILVEIRA, 2009). Porém, quando não ocorre essa autonomia e o usuário demanda informações sobre um recurso bibliográfico ou não bibliográfico, da unidade de informação trazendo um termo específico, cabe ao profissional da informação orientá-lo na busca. Esse atendimento de referência ao usuário pode ser facilitado pelo uso do catálogo.

Diante da variedade de vocabulários existentes para a consulta de um item, a Catalogação contribui para que o usuário tenha opções diversificadas para a recuperação da informação, pois a riqueza desse processo está nos relacionamentos entre os registros do conhecimento, como asseguram Mey e Silveira (2009). Assim, o usuário poderá ser surpreendido, por exemplo, com um conjunto de itens com assunto semelhante ao que ele procura, pois terá alternativas para a recuperação e acesso à informação. Logo, pode-se dizer que catalogar não é elaborar uma lista de itens é, sobretudo, reunir as suas principais informações, a partir de metadados que caracterizem suas semelhanças e diferenças tornando-

o único entre os demais itens. Na visão de Mey e Silveira (2014), esta ação diferencia a Catalogação de um inventário e das listagens de itens.

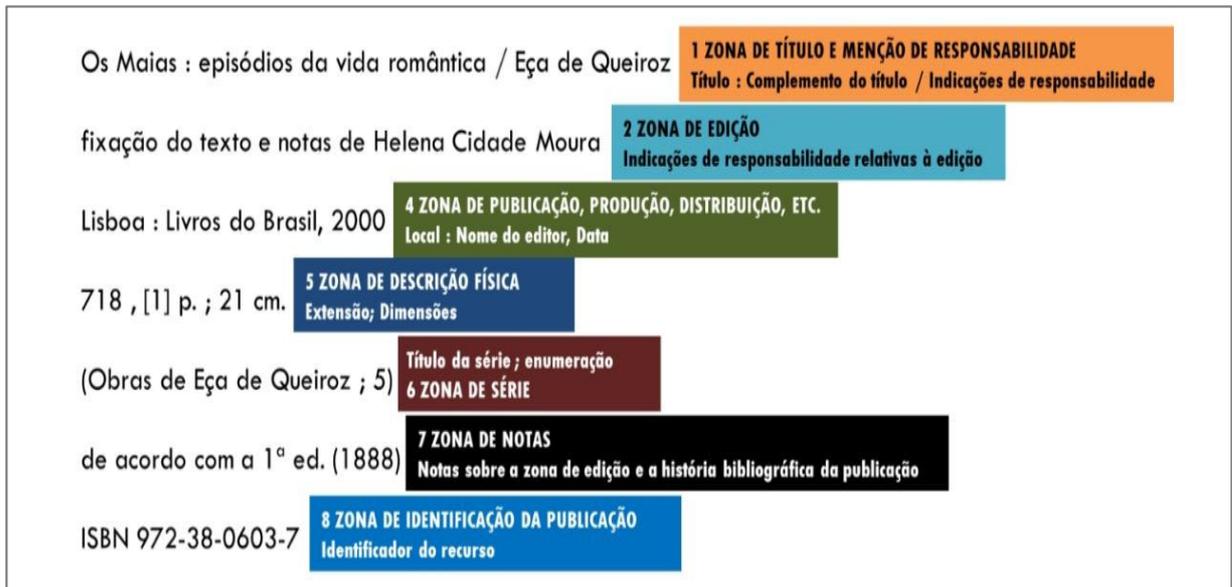
É também função da Catalogação, permitir a mediação entre o usuário e a informação, que a partir do contato com os diversos itens poderá gerar novas informações e conhecimentos e intercambiá-los com outros usuários, promovendo a significação e ressignificação de saberes.

Em suma, são funções da catalogação: permitir ao usuário localizar um item específico, escolher entre as diversas manifestações desses itens, escolher entre vários itens semelhantes, ainda que não tenha informação prévia sobre eles, expressar, mudar, organizar sua mensagem interna; permitir a um item encontrar o seu usuário; permitir a uma biblioteca ou qualquer unidade de informação localizar itens específicos, identificar os itens em acervos de outras unidades de informação (MEY, 1995).

### **2.3 Instrumentos da catalogação em unidades de informação: ISBD, AACR, modelos conceituais e RDA**

Para elaborar a descrição de um item é necessária a utilização de ferramentas adequadas, bem como a atenção do profissional que irá executar esta atividade, pois é fundamental ter um suporte que auxilie em tal tarefa, visto que irá implicar futuramente em uma fonte de pesquisa. A exemplo têm-se a *International Standard Bibliographic Description* [Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada] (ISBD), um instrumento que objetiva padronizar as informações quando se está fazendo a descrição de um documento, sendo responsável por sua atualização e administração a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA). As ISBD são utilizadas juntamente com os códigos de catalogação para a construção da descrição bibliográfica (GULKA, 2012). Em relação à sua estrutura, é dividida por áreas que, como citam Mey e Silveira (2009), são as seguintes: área 1: título e da responsabilidade; área 2: edição; área 3: detalhes específicos do material; área 4: dados de publicação; área 5: descrição física; área 6: série; área 7: notas; área 8: número internacional normalizado, conforme mostra o exemplo na Figura 1, a seguir:

Figura 1 – Estrutura das ISBD – Ordem dos elementos



Fonte: ALIQUID NOVI, [200-?]

No contexto de automatização em diversas instituições, as ISBD procuraram adequar-se como padrão para tornarem os dados bibliográficos de todos os itens publicados, disponíveis internacionalmente (MACHADO; ZAFALON, 2020). Isto é, as ISBD propiciam a identificação dos elementos bibliográficos, independente da linguagem empregada e do suporte na qual está inserida.

Outro instrumento utilizado no processo de descrição de registros do conhecimento, em especial os impressos, é o *Anglo American Cataloging Rules – 2nd edition* [Código de Catalogação Anglo Americano] (AACR2). No ponto de vista de Albuquerque (2006), esse código é uma das ferramentas mais utilizadas por bibliotecas para a descrição dos itens, visando a elaboração e catálogos para recuperação da informação. Por meio das regras apresentadas nesse código, os profissionais podem elaborar descrições em diversos níveis, que são determinados conforme o quantitativo de elementos usados na descrição. A estrutura do AACR se apresenta da seguinte forma: Parte I, referente à descrição, é composta por 13 capítulos, cada um contendo as regras para descrição de um material específico, exigindo conhecimento e habilidade por parte do profissional que irá realizar essa atividade, pois exigirá muita atenção aos detalhes para extrair as informações corretas e colocá-las na área adequada. Os capítulos e os materiais correspondentes são os seguintes:

O capítulo 2 é relativo às monografias; o capítulo 3, aos materiais cartográficos; o capítulo 4, às obras manuscritas; o capítulo 5, à música impressa; o capítulo 6, às

gravações sonoras; o capítulo 7, aos filmes e vídeos (imagens em movimento); o capítulo 8, aos materiais gráficos; o capítulo 9, aos recursos eletrônicos; o capítulo 10, aos artefatos tridimensionais; o capítulo 11, às microformas; o capítulo 12, às publicações seriadas, isto é, aos periódicos no todo e às séries; e o capítulo 13, às analíticas, correspondendo às *Guidelines*. (MEY; SILVEIRA, 2009, p.106)

Com todos esses capítulos mesmo contendo regras para descrever diversas mídias, o AACR não possui uma metodologia coesiva e coerente da descrição de conteúdo, mídia e suporte, se comparado a outras normas de catalogação, como o RDA, que pode ser usado tanto para descrever recursos tradicionais quanto não-tradicionais.

Em relação aos modelos conceituais têm-se a família dos requisitos funcionais, a qual tem como objetivo orientar a construção de padrões a serem utilizados quanto à descrição de um determinado item. Os modelos conceituais, criados com a participação da IFLA, são: Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR), Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD) e Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade do Assunto (FRSAD), propostos a servir como orientação ao processo de descrição e também como modelo para criação de normas e padrões a serem utilizados nos procedimentos de catalogação (MACHADO; ZAFALON, 2020). Todos têm suas diferenças quanto ao desenvolvimento do seu processo, porém possuem algo em comum que é suprir as necessidades dos usuários.

Outro instrumento utilizado para a atividade de Catalogação é o *Resource Description and Access* [Recurso Descrição e Acesso] (RDA) que “[...] nasce com o objetivo de suprir as necessidades de descrição de novos recursos e emergentes tipos de mídias e conteúdos, assim como os catálogos agora disponíveis em ambiente online.” (MACHADO; ZAFALON, 2020, p. 88). O RDA possui suas individualidades quanto à descrição, pois está mais voltado para o ambiente online, que têm agregado uma variedade de ferramentas de trabalho virtual, e vem exigindo dos profissionais e instituições a inserção de meios eletrônicos como ferramenta de trabalho. Em bibliotecas, o uso de padrões de metadados descritivos ocorre de modo relacionado: o AACR2 relacionado ao *Machine Readable Cataloging* [Catalogação Legível por Máquina] (MARC) e o RDA relacionado aos FRBR e *Functional Requirements for Authority Data* [Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade] (FRAD).

Assim, os catalogadores de acervos de bibliotecas têm sido desafiados a aperfeiçoarem antigos e criarem novos padrões para a descrição dos registros do conhecimento, em um processo de transição de mais de quarenta anos de descrições bibliográficas elaboradas com o AACR2, em ambiente de predominância do impresso, para sistemas de informação em rede.

O RDA vem com a proposta de ultrapassar o domínio físico das bibliotecas, atingindo o mundo de objetos digitais e multiuso de metadados.

### 3 A CATALOGAÇÃO DESCRITIVA EM MUSEUS

Esta seção apresenta discussão sobre o museu como fonte de informação, dando ênfase à sua importância para a construção e preservação da história e memória da sociedade. Ademais, aborda sobre alguns instrumentos de descrição e o processo de catalogação de objeto museal, levando em conta, principalmente, o pensamento de Padilha (2014, p. 63) quando comenta que:

[...] além do público e dos funcionários do museu, a sistematização do acervo deve atender às necessidades informacionais do pesquisador especializado, que busca no acervo o seu objeto de estudo para a pesquisa científica. Considera-se, dessa forma, que o objeto museológico é uma fonte de informação para a pesquisa, e que, por esse motivo, precisa que sua informação esteja codificada de uma forma que facilite a interoperabilidade entre instituições, bem como a recuperação da informação pelo seu público, pelos funcionários e pelo pesquisador.

Como ferramenta para essa codificação, o processo de Catalogação além de identificar o objeto e descrevê-lo, permite a recuperação de informações sobre esse objeto. Na maioria dos casos, apenas lançar o olhar sobre o objeto não garante a identificação de informações fundamentais para compor a sua descrição, é preciso adotar técnicas para extrair dados que caracterizem o objeto como único entre os demais. Daí a importância de se lançar mão das técnicas de Catalogação e preservação do acervo museal (documentos, objetos). É importante mencionar que em uma instituição como o museu, que possui uma variedade de itens na sua coleção, é necessária atenção especial quanto à identificação dos dados levando em consideração o contexto no qual os objetos estão inseridos (GULKA, 2012). Por isso, o profissional catalogador necessita do auxílio de técnicas, instrumentos e documentos que contribuam no detalhamento de informações mais específicas de cada obra do acervo. Neste sentido, é oportuno mencionar as palavras de Palhares (2019, p. 114) quando diz que:

A catalogação realizada em museus implica na descrição detalhada do item, no registro da biografia desse item, das características físicas pormenorizadas, servindo como fonte de informação para pesquisa, além da identificação e localização no acervo físico e virtual [...]

Assim, cada item do acervo do museu necessita de um código que o especifique, a fim de torná-lo único, no sentido de não haver duplicidade na codificação de obras diferentes, código este que poderá ser gerado através do processo de catalogação, com finalidade de identificação, preservação e disseminação da informação.

#### 3.1 O museu como fonte de informação

O museu, segundo Padilha (2014, p.17) “[...] é uma instituição colecionadora que organiza suas coleções conforme a natureza e a finalidade específica a que se destinam, e que

tem por objetivo fundamental realizar ações de salvaguarda, pesquisa e comunicação de bens culturais, materiais e imateriais que integram seu acervo.” Nele estão contidas obras e documentos sobre um determinado povo, de uma determinada época e que através da conservação e preservação de suas informações poderão ser fontes de pesquisa e conhecimento para a sociedade.

Considerado também uma unidade de informação, o museu recebe essa denominação “[...] desde o momento em que [...] passa de um armazém de objetos para um promotor de cultura e conhecimento, fornecendo aos usuários o acesso às informações contidas nos objetos que preserva [...]” (GULKA, 2012, p. 14). O museu, a partir de uma política interna, estabelece meios que proporcionam a mediação de informação entre a instituição ou a obra e seu usuário, seja para conhecimento próprio seja para fonte de pesquisa. Assim, os objetos descritos devem receber um tratamento específico quanto às técnicas de disponibilização da informação, utilizando linguagens informacionais que facilitem o processo de comunicação entre o usuário e o item (YASSUDA, 2009)

Para facilitar a comunicação entre o usuário e o objeto, é importante que haja a preocupação quanto à linguagem a ser utilizada, no processo de mediação da informação, de modo que esta seja de fácil entendimento para o usuário e que proporcione um fácil acesso quanto à busca de informações específicas, sobre um determinado item ou coleção.

### **3.2 Instrumentos de catalogação em museu**

Para a execução do processo de Catalogação, é essencial o uso de alguns instrumentos como códigos e normas de descrição. Como já mencionado, dos instrumentos que costumam ser utilizados para tal atividade, em bibliotecas brasileiras, tem-se o AACR2, com regras que direcionam para a identificação e seleção de informações específicas sobre determinado item. E, para a descrição de itens em sistemas automatizados, costuma-se utilizar o formato MARC21, produzido pela Library of Congress, o qual teve grande destaque como formato de intercâmbio porque adaptou as regras de catalogação do AACR2 para sistemas informatizados (YASSUDA, 2009). No que se refere aos museus, segundo Yassuda (2009), estes costumam criar sua própria base de dados conforme a sua necessidade, e, em muitos casos, contendo acesso exclusivo para os responsáveis pela sua criação e funcionários da instituição.

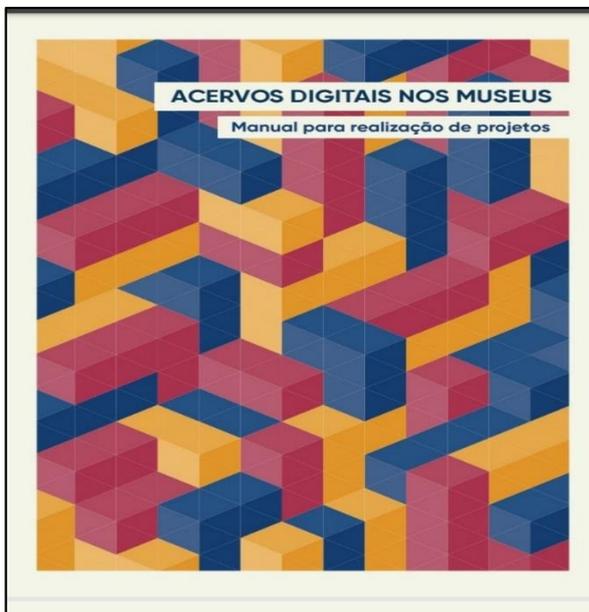
É imprescindível a utilização desses e de outros instrumentos para a realização do processo de Catalogação, na atualidade, visto que futuramente contribuirá para pesquisas, ou simplesmente para conhecimento pessoal, pois a cada dia as pessoas demandam por mais informações bem como por conhecer culturas e histórias antigas, elas podem recuperar essas

informações através de um catálogo, por exemplo. No catálogo, os dados obtidos irão gerar material de utilidade para os usuários, pois

Toda a informação pesquisada e coletada sobre o objeto transforma-se em dados que serão armazenados no sistema de gestão de acervo. Há dois tipos de representação da informação: a descritiva e a temática. A representação descritiva relaciona-se às características físicas do objeto, as quais servem para identificá-lo. Ela é realizada por códigos de catalogação ou normas de descrição (AACR, por exemplo, no caso de objetos de bibliografia) que geram o registro catalográfico e os pontos de acesso (que, em geral, são o nome do autor e o título da obra), ou seja, esta representação dá origem aos termos principais para a recuperação do registro. (SILVA, 2015, p.34)

Assim, torna-se fundamental a utilização de meios para a construção de um sistema, seja ele automatizado ou não, onde serão dispostas informações que futuramente contribuirão para a solução de um problema, por exemplo, ou para a evolução de uma atividade, uma pesquisa, dentre outras necessidades. Além dos instrumentos, já citados, comuns na descrição de documentos de biblioteca, é necessário apresentar os instrumentos utilizados na Catalogação em museu, a exemplo dos manuais (Figuras 2 e 3) usados por profissionais museológicos, no processo de identificação do objeto.

Figura 2- Manual para Acervos Digitais de Museus



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (2020)

Figura 3 – Manual para Gerenciamento de Acervo de Museu



Fonte: CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (2015)

O manual costuma conter um vocabulário, ou seja, um glossário com os termos utilizados pela unidade de informação, para o desenvolvimento da descrição do objeto, pois quando o usuário precisar fazer uma pesquisa ele poderá fazê-la por meio do uso de palavras-

chave, relacionadas ao conteúdo ou à outra característica específica do objeto, ou documento, em sua atividade de busca da informação. O emprego de termos já utilizados levará a um assunto específico classificado conforme o item a que se refere (SILVA, 2015, p. 129)

A construção e o uso de um manual de procedimentos e um manual de catalogação é essencial para que os funcionários da instituição, os atuais e os futuros, conheçam a terminologia adotada na catalogação das obras, saibam como preencher os registros manuais e os do banco de dados de forma adequada, entre outras atividades. Os manuais de procedimentos (que orientam a formalização da movimentação das peças: entrada, saída, empréstimo etc) e de catalogação (destinados ao cadastro da obra no banco de dados) devem ser compatíveis com a política de acervo do museu. Todavia, mais do que uma preocupação exclusivamente de catalogação, o foco do trabalho deve estar no seu objetivo final, isto é, a gestão e controle da coleção e o suporte às atividades de difusão/ extroversão e de pesquisa. (SILVA, 2015, p. 129).

Neste sentido, o manual é um instrumento de grande utilidade para o museólogo no processo de descrição dos objetos. Outro instrumento usado no tratamento documental de objetos museais, é o inventário que trata-se de uma lista contendo informações referentes ao objetos que compõe o acervo do museu e os que estão emprestados (SILVA, 2015). Esse tipo de instrumento de descrição necessita de um vocabulário controlado, visto que dispõe de termos, ou seja, palavras específicas sobre determinado objeto e que facilitará a localização do item no acervo. Como afirma Silva (2015, p. 100),

No inventário, os dados são para controle e servem para a pesquisa inicial do acervo. São dados sucintos que permitem a identificação rápida e exata dos objetos. Para o inventário, é elementar o controle do vocabulário, já a catalogação incorpora os dados de controle do objeto e a informação resultante de pesquisas; são dados que serão estruturados de acordo com a necessidade de avanço na pesquisa sobre o acervo e também necessitam de controle de vocabulário.

Além do inventário, como instrumento para ajudar no processo de descrição do objeto, existe também o Livro de Tombo, onde também são registrados dados específicos de cada item da coleção e que permite ter um controle em relação ao acervo da instituição. Segundo Padilha (2014, p. 39), o livro de tomo

É um documento criado pelo museu para registrar todos os objetos que fazem parte do seu acervo. Permite que a instituição tenha o controle do objeto que entra, sai, ou que, porventura, é perdido ou roubado [...] A partir de seu regulamento interno, o museu protege seu acervo de possível destruição ou descaracterização, bem como o preserva em prol de uma memória coletiva. Para a sua concepção, recomenda-se a utilização de um caderno de ata ou de livro criado para esse fim. O Livro Tombo deve ser manuscrito e não pode ser rasurado [...]

Observa-se que quanto ao preenchimento dos dados no livro de tomo é necessária atenção do profissional com as informações registradas, para não cometer erros que possam causar rasuras.

Em relação ao manual para ajudar no processo de Catalogação, após um estudo realizado sobre a Catalogação dos cômodos do Museu Casa de Rui Barbosa, Almeida e Rangel (2019) desenvolveram um manual para orientar o catalogador no processo de descrição dos objetos. Além do Museu Casa Rui Barbosa, têm-se como exemplo a utilização de alguns instrumentos no Museu Nacional de Belas Artes, que segundo Padilha (2014, p.64),

[...] criou em 1993 o projeto Sistema de Informações do Acervo do Museu Nacional de Belas Artes – SIMBA, com o intuito de organizar as informações contidas em seu acervo, de maneira a garantir o controle e ampliar o acesso e a divulgação dos dados nele incluídos. Ao obter o apoio financeiro da extinta Fundação VITAE, o projeto adquiriu equipamentos que possibilitaram criar uma nova ficha de catalogação pra descrever as obras de acordo com regras definidas pelo manual que foi publicado em 1995, e que, após os dados, foram informatizados na base de dados Donato. O programa Donato foi concebido para atender à catalogação de obras de arte de características específicas do acervo do Museu Nacional de Belas Artes. Com o passar dos anos, o programa passou por alterações significativas em sua base de dados, permitindo ser utilizada em diferentes tipos de acervo. Atualmente, em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, por volta de 100 museus de tipologias diferentes se utilizam da base de dados Donato. Por conta disso, esse software teve que adaptar as novas necessidades de registro estipuladas por essas instituições, e assim foram criados outros metadados para atender à demanda. Muitas tipologias de acervo ainda não foram contempladas, mas existe uma equipe voltada para o aperfeiçoamento do Donato, que busca resolver questões relacionadas ao tratamento de informação dos diferentes acervos museológicos.

Logo, observa-se que são necessárias atenção e dedicação quanto à utilização dos instrumentos aplicados no processo de catalogação e que as instituições variam quanto a essa questão, pois dependendo da sua coleção, seu contexto e objetivo, serão adquiridas e seguidas as recomendações que constarem em seu projeto. O que irá interferir em quais instrumentos serão utilizados e qual a finalidade desse procedimento para a obra, usuário e para os profissionais que fazem parte da entidade.

Outra etapa do tratamento documental do acervo museal é a Classificação, que também requer prudência acerca dos dados a serem incluídos e exigem assim muita atenção quando de sua elaboração, pois segundo a Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari (2010), a classificação define a inserção do item conforme sua importância cultural e orienta sua categoria específica correspondente à área cultural da qual o objeto fará parte, ou seja, é uma forma de agrupamento dos itens que compõe a coleção do museu e que

[...] se dá a partir das atribuições que o museu concede. Com isso, compreende-se que o sistema de documentação de uma instituição museológica em que o acervo reside se responsabiliza pelo reconhecimento das funções da peça salvaguardada, a partir de sua missão e sua temática. Por exemplo, um museu de ciências irá de alguma forma atribuir uma função divergente de um museu histórico, à um microscópio. Para um museu de ciência, o microscópio ainda possui sua função primária de observar os organismos invisíveis ao olho nu. Talvez, para o museu histórico, a função será atribuída de uma forma diferente, apontando aquele objeto como o pioneiro nos estudos históricos que contribuíram para o avanço do meio

científico. Como pode-se notar, o microscópio pode se encaixar em dois planos de classificação, a partir de suas variadas funções atribuídas pelos museus divergentes. (REIS, 2018, p. 53)

### 3.3 A descrição do objeto museal

Para fazer parte da coleção do museu um objeto passa por algumas etapas como, a identificação da modalidade de aquisição, sua finalidade dentro da instituição, o detalhamento no todo, dentre as fases que representam a informação, geralmente implícita no objeto.

No museu, os objetos podem ser adquiridos por coleta, doação, legado, empréstimo, compra, transferência, permuta ou depósito. No que diz respeito ao tratamento documental, os objetos museológicos devem ser registrados individualmente e identificados nas suas múltiplas possibilidades informacionais. (PADILHA, 2014, p. 18)

As palavras Padilha coadunam com as de Gulka (2012), pois afirmam que a transcrição dos dados relativos às coleções de museu, costuma ser realizada por meio da catalogação, seja manualmente ou tecnologicamente, de acordo com os recursos da instituição. Assim, cada museu adere a uma política a ser seguida, que inclui métodos a serem utilizados quanto ao tratamento das informações dos objetos, sendo que muitas vezes,

[...] não há como definir a localização das fontes de informação, pois são variadas e dispersas, diferenciando-se de um objeto para outro. Alguns campos da ficha catalográfica de objetos traz informações relativas à descrição física, enquanto outros dizem respeito às informações pertinentes ao histórico do objeto. Mesmo os campos de descrição física podem necessitar de uma pesquisa, como por exemplo quando se tratar do tipo de material, avaliação que nem sempre poderá ser constatada em um primeiro momento, sendo talvez necessário um maior conhecimento sobre os variados tipos de materiais existentes como gesso, barro, argila, cerâmica, etc. (YASSUDA, 2009, p. 56)

No momento de realizar a descrição, além do manuseio do próprio objeto, necessita-se de um documento que contenha mais informações sobre a peça, pois em muitos casos não há no próprio item todas as informações essenciais para descrevê-lo e classificá-lo. Por isso, a importância de fazer pesquisa sobre esses dados, os quais implicarão na eficácia do processo de descrição, que acarretará em uma busca correta sobre o objeto museal. Segundo a Associação Cultural de Amigos do Museu da Casa de Portinari (2010, p. 63), para a realização do processo de Catalogação contendo informações confiáveis, é necessária uma pesquisa aos dados referentes a obra antes de adentrar a instituição para assim serem inseridas em documentos oficiais e garantir a melhor gestão dos dados evitando falsos conhecimentos.

É necessária a consulta aos dados informacionais do objeto, caso faça parte da coleção de outra instituição, no intuito de facilitar a compreensão sobre o significado daquele item,

salvo que poderá adquirir outro conceito conforme o contexto no qual poderá vir a ser inserido, assim

[...] Na catalogação são estabelecidos campos descritores - tais como autor, título, data, entre outros - que representam as informações intrínsecas e extrínsecas do objeto. As informações intrínsecas são obtidas quando [o] objeto entra no acervo, de modo geral, por meio de um formulário preenchido pelo ex-proprietário da obra (seja doador, seja vendedor). As informações extrínsecas partem de pesquisas realizadas pelo quadro de funcionários da instituição (curadores, docentes e especialistas, como historiadores da arte, biólogos, cientistas, arqueólogos, variando de acordo com cada tipo de museu). Estas informações ficam armazenadas em uma base de dados que é constantemente atualizada por documentalistas, característica importante da catalogação museológica, em que o registro é aberto. O histórico da obra é construído conforme ele passa por alguma atividade (como exposições e empréstimos) e também por modificações (restaurações), que são registradas na base. (SILVA, 2015, p. 34, acréscimo nosso)

Em relação à modificação das informações, estas poderão ser feitas caso o sistema utilizado pela instituição permita a alteração dos dados. Existe algumas instituições que há muitos anos dispõem de uma única ferramenta ou instrumento de descrição (por exemplo, livro de tomo manual), utilizada para a realização desse processo e que é pouco flexível para mudanças dos dados, que uma vez escrito não poderá ser modificado, ou excluído. A esse respeito, Silva (2015, p. 96) comenta:

Ainda hoje, o curador responsável pela coleção é que faz a catalogação das obras, que é feita primeiramente no papel para, em seguida, ser adicionada ao sistema. As fichas em papel são arquivadas. É ele também que libera o registro da obra para consulta no sistema. Quando uma obra chega ao museu, os procedimentos iniciais são realizados pela Seção de registro, que atribui um número de registro e cuida dos processos de transferência de propriedade. A próxima etapa é o encaminhamento da obra para o curador que dará sequência à catalogação [...]

Isso é possível quando a instituição dispõe dos dois meios para realizar a descrição, tanto o manual quanto o tecnológico, no qual primeiro faz-se as anotações em uma folha e depois registra-se no sistema. Em relação ao profissional responsável por esse processo, destaca-se o curador, porém atualmente há outros profissionais que dispõem de conhecimento para o desenvolvimento desse processo e que juntos poderão realizar um ótimo trabalho quanto a catalogação dos objetos.

#### 4 METODOLOGIA

A pesquisa se constituiu de diversas etapas, a primeira foi a pesquisa bibliográfica para a elaboração da fundamentação teórica, que buscou definir a Catalogação descritiva, suas funções e aplicação em museus. Esse tipo de pesquisa, nas palavras de Salomon (2004, p. 309) trata-se de “[...] um conjunto de obras derivadas sobre determinado assunto, escritas por vários autores, em épocas diversas [...]”. Neste sentido, lançou-se mão de livros, artigos científicos, dissertações e teses como fontes de informação teórica para este estudo, tendo como principais autores: Fenerick (2018); Gulka (2012); Mey, Silveira (2009); Padilha (2014); Yassuda (2009), dentre outros.

A segunda etapa foi a pesquisa de campo, estudo *in loco* para coletar informações específicas sobre o ambiente em estudo. Nessa etapa, utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada (APÊNDICE A), seguindo-se recomendações de Manzini (2004), que caracteriza esse tipo de entrevista como uma forma de coletar dados através da interação, presencialmente, entre o pesquisador e o entrevistado para então analisar as informações do estudo em questão.

É um tipo de entrevista que apesar de haver um roteiro, no momento da pesquisa poderão surgir perguntas a serem inseridas nesse roteiro. Neste sentido, foram elaboradas 7 (sete) perguntas no intuito de obter respostas que conduzissem ao conhecimento da realidade da catalogação do MHAM. Entrevistou-se a museóloga do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, que é graduada em História e possui especialização em museologia. A entrevista que ocorreu no dia 30 de dezembro de 2021, foi gravada em aplicativo de aparelho celular e, posteriormente transcrita, com permissão da pesquisada.

Para a análise dos dados, seguindo-se recomendações de Bardin (2016), elaborou-se categorias de análise que emergiram do estudo da literatura, quando da construção do referencial teórico, e, posteriormente, dos relatos da museóloga do MHAM durante a entrevista. Assim, para a elaboração das categorias, considerou-se as palavras-chave identificadas na literatura, bem como nos relatos transcritos, onde extraiu-se unidades comparáveis de categorização, para análise e interpretação das informações obtidas, a partir da leitura flutuante, e leitura minuciosa. Este procedimento deu origem às seguintes categorias: a) composição do acervo; b) política de organização da coleção; c) tratamento descritivo dos objetos, e d) contribuição do museu na informação do cidadão, todas elas apresentadas na próxima seção que trata dos resultados do estudo.

## 5 RESULTADOS

Esta seção apresenta um breve histórico do MHAM, lócus da pesquisa, e os resultados obtidos na entrevista com a museóloga.

### 5.1 Museu Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM)

O Museu Histórico e Artístico do Maranhão se encontra no solar Gomes de Souza, localizado na Rua do Sol, n. 302, Centro Histórico, São Luís – MA, “[...] É uma tipologia do estilo colonial maranhense, com elementos do neoclássico e um belo exemplar do apogeu econômico do século XIX [...]. Construído em 1836, constitui testemunho da vida sócio/econômica da cidade.” (MARANHÃO, 2014, p. 11).

O solar foi residido por várias famílias que tinham importância na política e economia maranhense, no século XIX. Sua criação como Museu surgiu no período de 1960, através do interesse de intelectuais maranhenses como Josué Montello e José Jansen Ferreira, os quais tiveram grande contribuição na formação do acervo através de doações que pudessem contribuir com a missão do museu. O objetivo era ter um espaço que contasse a história da memória do Estado. (MARANHÃO, 2014). Foram selecionados alguns prédios para escolher o que abrigaria o Museu, até chegar ao prédio atual.

As coleções incluem mobiliário, arte sacra, numismática, artes visuais, dentre outras que atualmente se encontram divididas em outros espaços, administrados pelo MHAM, além do Solar Gomes de Souza como, por exemplo, o Museu de Artes Visuais, o Museu de Arte Sacra, a Cafua das Mercês, a Capela de São José das Laranjeiras, a Capela Bom Jesus dos Navegantes e a igreja do Desterro. (MARANHÃO, 2014). O Museu Histórico e Artístico do Maranhão é um importante espaço que tem como missão

[...] salvar e comunicar o acervo museológico relacionado à história, às artes e à cultura maranhense, preservando seus edifícios e memórias, visando o aprimoramento da experiência do público com a história, as artes visuais, o patrimônio cultural e o estímulo ao conhecimento, para que seja legado às gerações atuais e futuras. (MARANHÃO, 2014, p. 25).

Portanto, o Museu Histórico e Artístico do Maranhão é um ambiente constituído por um conjunto de coleções antigas. Passou por várias reformas até chegar à estrutura em que se encontra atualmente, e dependeu do esforço e da contribuição de várias pessoas para a sua construção, assim como ainda depende de esforços semelhantes para garantir a sua manutenção e desenvolvimento.

Ao adentrar no MHAM, foi perceptível a sensação de voltar no tempo, primeiro devido à sua estrutura, a qual remete ao período colonial e tem características muito diferentes

dos imóveis atuais da cidade de São Luís. Durante a visita aos cômodos foi possível observar os objetos e perceber nos detalhes das peças, e na sua descrição como eram os gostos naquela época, os costumes e hábitos das pessoas que ali residiam.

## **5.2 Análise da entrevista**

Para a elaboração dos resultados da entrevista realizada com a museóloga do MHAM, foram utilizadas quatro categorias: a) composição do acervo; b) política de organização da coleção; c) tratamento descritivo dos objetos, e d) contribuição do museu na informação do cidadão.

### **5.2.1 Composição do acervo**

A composição de um acervo museal requer planejamento, baseado na política de desenvolvimento de coleções, pois, é através desta que os profissionais poderão se direcionar para a tomada de decisões. Sobre este assunto Miranda (2007) comenta que a formação da coleção e um museu deve seguir um plano preestabelecido que garanta sua continuidade e adequação necessária, considerando tanto o conteúdo quanto o formato dos itens. Entre as etapas que compõem o processo de formação e desenvolvimento de coleção, tem-se a seleção, etapa que envolve a escolha dos itens que irão fazer parte da coleção. No ponto de vista de Miranda (2007), a seleção é a etapa mais importante da política de desenvolvimento de coleções porque ela assegura a qualidade e o ajustamento do acervo com o objetivo de atender às necessidades informacionais dos usuários. Essa fase não depende somente de uma tomada de decisão do profissional.

É importante salientar que, na prática, a seleção tem alto grau de detalhamento. Em outras palavras: o que parece simples, nem sempre é tão simples assim. Às vezes, a complexidade da seleção não fica evidente para o profissional, que raramente interrompe sua rotina para refletir a respeito das atividades que desenvolve. Essa complexidade, porém, é real, palpável, bastando que se enfoquem, com senso crítico, as atividades desenvolvidas na tomada de decisão, para que ela se torne evidente. Essas atividades variam de uma instituição para outra, cada uma organizando o processo segundo suas peculiaridades e características e procurando obter o fluxo administrativo mais conveniente para garantir que todos os materiais ingressem no acervo após uma avaliação por parte de um responsável. É inaceitável que um item ingresse na coleção por descaso, falta de tempo ou ineficiência dos responsáveis por sua manutenção e desenvolvimento. (VERGUEIRO, 1997, p. 28)

Outra etapa do processo de formar coleções é a aquisição, que envolve a avaliação da utilidade dos materiais para as necessidades dos usuários. Trata-se, segundo Danon (2013) de um processo no qual itens são agrupados a uma coleção através de compra, doação ou permuta. Há uma diversidade de formas de obter itens para compor um acervo, além dos

citados anteriormente, vale destacar o compartilhamento (MIRANDA, 2007), podendo ser ou não por tempo determinado, e a permuta. A técnica do profissional, ou seja, os conhecimentos que ele possui, interfere na forma como ele vai analisar a coleção antes da sua incorporação ao acervo, por exemplo, em relação à compra, esta exige um trabalho cuidadoso por parte do profissional sendo garantida que as obras recebidas correspondam à lista sugerida para aquisições. Em relação à doação e permuta, o material deve ser analisado de modo que se obtenha itens que estejam relacionados aos objetivos da instituição

Por possuir diversas unidades, o MHAM é detentor de coleção variada, distribuída em prédios distintos. Segundo a museóloga da instituição:

*O acervo do museu tem em torno de oito mil peças entre mobiliários, artes sacras, artes visuais e documentos. É um acervo muito eclético, composto por várias coleções. A própria distribuição no caso de exposição também é diversificada porque está em vários prédios distintos, não só nesse prédio da Rua do Sol. Na verdade o Museu Histórico e Artístico do Maranhão hoje é um complexo de museus, porque as suas três grandes coleções estão em exposição em três prédios distintos sendo a Casa Maranhense localizada na Rua do Sol, o Museu de Arte Sacra no Palácio Arquiepiscopal e o Museu de Artes Visuais na Rua Portugal. Além disso têm-se a Cafua das Mercês que, apesar de ser um espaço museológico criado por Decreto Governamental, tem seu acervo tombado no MHAM, e além disso, têm-se também um contrato de comodato com a Arquidiocese de São Luís que é uma gama de acervo da Arquidiocese que tomamos conta, que cuidamos, está na nossa responsabilidade. (Informação verbal)<sup>3</sup>*

No MHAM a aquisição do acervo é feita basicamente por doação, como ocorre em grande parte dos museus brasileiros, situação que remete às palavras de Gulka (2012), que após uma pesquisa feita em 11 museus sobre a forma de aquisição de suas obras, constatou que a doação é a forma mais comum de aquisição de objetos para a coleção dos museus, além da aquisição por legado e compra.

O documento ou objeto doado ao museu, antes de ser inserido na coleção, passa por uma triagem, na qual lança-se um olhar técnico para avaliar as suas condições, origem, informações diversas e se é viável a sua incorporação ao acervo. Além disso, é feita a seleção dos materiais doados para decidir em qual unidade do museu ele será exposto. No MHAM, conforme a museóloga relatou:

*O procedimento de aquisição de obras é, a maior parte, por doação. Mas ele pode ser também por compra ou transferência, por exemplo, de um órgão público que não quer mais esse acervo e então ele é transferido para cá. Portanto pode ser doação, compra, transferência e permuta, que são as várias formas de aquisição de acervo. E a gente tem quase todas essas formas, inclusive contrato de comodato,*

---

<sup>3</sup> Informação fornecida pela museóloga do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, em São Luís, em dezembro de 2021.

*sendo um com a Arquidiocese de São Luís e outro com o Museu Nacional de Belas Artes. (Informação verbal)*<sup>4</sup>

Um fator que chama a atenção no relato da museóloga, sobre o processo de aquisição no MHAM, é a aquisição por contrato de comodato, sobretudo, para o acervo sacro. De acordo com Pereira (2003, p. 18), este contrato foi “[...] firmado entre a Arquidiocese de São Luís, a Irmandade do Bom Jesus dos Navegantes e a então Fundação Cultural do Maranhão, que tornou o Museu Histórico órgão responsável pela guarda e preservação do acervo.” O contrato de comodato é uma forma de transferência de uma obra, pertencente à determinada instituição para outra instituição, por tempo determinado, para contribuir em exposições ou outra finalidade no museu, de modo que a obra seja devolvida nas mesmas condições em que chegou à instituição (ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI, 2010).

Ou seja, o contrato de comodato funciona como um empréstimo firmado entre as instituições, contribuindo para que o acervo seja mais diversificado, tenha mais peças em sua composição, o que poderá trazer vantagens e desvantagens para o MHAM. A vantagem está na diversificação da coleção, na inovação do acervo, oferecendo um leque de possibilidades de informação para os usuários. Quanto à desvantagem, pode-se dizer que refere ao fato de, após o prazo final do contrato, a obra não ser devolvida nas mesmas condições de quando saiu do Museu, ainda que o contrato exija que o objeto seja devolvido no mesmo estado de quando saiu do local. Além disso, após esse prazo, pode haver demanda dos usuários para a sua apreciação, estudo e/ou análise, e estes ficarem sem a informação da qual necessitam.

O acervo do MHAM é muito vasto no que diz respeito à quantidade e diversidade de itens, tanto as locais, ou seja, presente na instituição administradora, quanto as que se encontram nos prédios anexos da instituição como se pode observar nas imagens presentes no Anexo A que mostram algumas dessas obras. O processo de obtenção das coleções é bem dinâmico por envolver mais de um processo de aquisição como a doação, compra, permuta e contrato de comodato, o que é muito importante pois possibilita ao Museu aumentar sua coleção e tornar seu acervo variado. Ao abordar sobre aquisição vale mencionar Eduvirges (2013) quando assegura que atividade de aquisição, implementada logo após a etapa de seleção, é o momento em que o profissional decide as formas de adquirir os itens para a coleção.

---

<sup>4</sup> Informação fornecida pela museóloga do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, em São Luís, em dezembro de 2021.

### 5.2.2 Política de organização da coleção

A documentação museológica reúne dados sobre os itens que compõe a coleção, dados estes que representam o seu histórico: se pertencia à outra instituição, suas características, os responsáveis por sua criação, dentre outros elementos. São informações que permitem ao usuário e funcionários entenderem o processo pelo qual passa ou passou o objeto, desde o momento de sua chegada à unidade, até as possibilidades de uso.

Sobre este assunto, o Comitê Internacional para a Documentação (CIDOC), do Conselho Internacional de Museus (ICOM), comenta que a documentação museológica resulta de um agrupamento de todos os registros feitos sobre determinada obra, antes e depois de fazer parte da coleção a que pertence atualmente, registros esses que pode ser, por exemplo, nas fichas de catalogação<sup>5</sup> dentre outros, pois é importante registrar a trajetória social do objeto, ou seja, os acontecimentos ocorridos antes e depois da sua entrada no museu (ALMEIDA; RANGEL, 2019).

É necessário e importante organizar toda e qualquer informação relacionada aos itens que compõem o acervo museológico, para tornar melhor o acesso às informações, quando surgir alguma pesquisa, ou até mesmo, quando for preciso catalogar os materiais. Existem alguns guias e manuais que auxiliam na organização do acervo, como por exemplo, a Declaração de Princípios de Documentação em Museus<sup>6</sup> que auxilia no desenvolvimento de coleções. No que se refere às informações descritivas dos objetos,

[...] a declaração cita as seguintes: nome do objeto, título, tipo de objeto ou classificação, material, local de coleta, produtor, data de produção, período, objeto ou número. Acrescenta ainda, que informações de cunho confidencial podem ser protegidas, como por exemplo: avaliações, locais de armazenamento e os pontos de história natural ou arqueologia. (GULKA, 2012, p. 43)

O MHAM segue esse padrão (do ICOM-CIDOC), para melhor organizar o acervo e os documentos relacionados à coleção, e também porque esse modelo de política já vem sendo adotado por alguns museus do mundo. Quando questionada sobre a existência de uma política adotada pelo MHAM, a museóloga relatou que:

*Existe uma política de organização. Desde a sua inauguração, sua fundação, que o Museu segue os padrões da museologia internacional de inventário, de tombamento de acervo. Na verdade, de registro do acervo, a gente segue desde a fundação do Museu, nunca mudou porque está dentro dos padrões museológicos da museologia*

<sup>5</sup> Trata-se de uma ficha composta por dados descritivos de determinado item, segue estruturas padronizadas a partir de normas internacionais, e em níveis diversos de detalhamento, cuja finalidade é identificar pontos de acesso como autoria, título, temática, que orientam o processo de busca e recuperação dos itens catalogados. Os campos destinados à inserção dos dados possibilitam a construção da narrativa biográfica do item, há também campos referentes à descrição física do material (YASSUDA, 2009)

<sup>6</sup> <https://cidoc.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/6/2020/03/CIDOC-Declaracao-de-principios.pdf>

*internacional que é o ICOM e que quem representa aqui no Brasil é o IBRAM <sup>7</sup>.  
(Informação verbal)<sup>8</sup>*

Nota-se que o MHAM segue esse sistema desde sua inauguração. De fato, esse método permite ao MHAM um detalhamento claro e eficiente quanto aos dados dos itens para assim permitir a sua melhor ordenação no acervo dentro do museu, e sua distribuição, no caso do item ser direcionado para uma das unidades do museu. Porém, existem outros métodos que podem ser adotados pelo museu para o registro de seus dados e expansão das informações, como através de recursos que a internet disponibiliza, a exemplo de plataformas on-line, metadados, dentre outros.

### 5.2.3 Tratamento descritivo dos objetos

No processo de Catalogação Descritiva em bibliotecas o registro inclui dados como autor, título, data, publicação, palavras-chave, descrição física, entre outras informações, nos mais variados tipos de recursos (materiais audiovisuais, catálogos de museus, livros, entre outros) (LIMA; SANTOS; SEGUNDO, 2016). Esse procedimento é necessário para disponibilizar, de forma organizada, todas as informações sobre o item, de modo a facilitar sua localização e acesso.

Em relação ao museu, o instrumento utilizado para o registro das informações pode ser o que o museu possuir, sendo os mais utilizados o livro ata e as planilhas eletrônicas, lembrando que o livro ata, ou livro tombo como também é conhecido, não pode ser rasurado (GULKA, 2012). Sendo assim, a localidade onde serão dispostas as informações específicas do documento varia de instituição para instituição, ainda que exista um padrão adotado por grande parte das organizações museológicas, pois os profissionais irão optar por aquele que mais se adequa à sua entidade.

A Catalogação de objetos museais é etapa que exige maior explanação das informações, daí a necessidade de esmiuçar os dados para a descrição do objeto (YASSUDA, 2009). Portanto, antes de realizar o processo de descrição, é importante que seja realizada uma pesquisa, para certificar-se de que as informações a serem relacionadas estejam corretas. No Museu Paulista, por exemplo, é produzido um laudo assim que o objeto é adquirido, laudo esse contendo informações importantes para compor a ficha de descrição dos objetos e contribuir com futuros pesquisadores, em suas investigações e trabalhos. Esse recurso nem

<sup>7</sup> Instituto Brasileiro de Museus-Ibram.

<sup>8</sup> Informação fornecida pela museóloga do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, em São Luís, em dezembro de 2021.

sempre existiu, pois tempos atrás não havia preocupação em relação à padronização para descrição de informações referentes aos objetos, e que atualmente têm mudado com o surgimento de novas formas de representação através das tecnologias de informação e comunicação, contribuindo com os museus tanto para a salvaguarda das informações sobre o item como para a sua disponibilização de forma on-line (LIMA; SANTOS; SEGUNDO, 2016; YASSUDA, 2009).

No Brasil, há museus que continuam realizando manualmente o processo de catalogação, por diversos motivos entre eles, o fato de não disporem de ferramentas tecnológicas atuais, que propiciem a sua elaboração e nem de recursos suficientes para a aquisição e manutenção dessas ferramentas, bem como, pela insuficiência de pessoal qualificado. Em relação aos formatos utilizados para realizar esse processo, algumas instituições seguem padrões de outras instituições nacionais ou internacionais, ou um formato criado pelo próprio museu, pois no Brasil, de acordo com Lima; Santos e Segundo (2016) a maioria dos *softwares* foi adaptada de biblioteca para museus. O mesmo se emprega em relação às fichas catalográficas elaboradas manualmente. Isso porque no Brasil a maioria dos museus não possui um sistema de metadados, um padrão que interaja com sistemas de museus internacionais, e por esse motivo utilizam padrões internos, criados em cada museu individualmente.

Essa divergência, pode acarretar ou não dificuldade para os usuários, pois quando ele não encontra a informação que precisa, por exemplo na plataforma brasileira, ele busca em plataforma no exterior, sendo que às vezes encontra dificuldade por não compreender o idioma presente na base de dados. Isso quando não se tem a opção de traduzir, o que torna o processo mais demorado, levando o usuário a usar outras formas de tradução, demandando tempo quando a informação de que necessita precisa ser encontrada de imediato.

Observa-se que muito ainda há de ser feito em relação à Catalogação de objetos museais no Brasil, em comparação aos países desenvolvidos, pois nem todos os padrões são acessíveis no que tange aos custos de instalação, manutenção e tradução para o português, ou outra língua compreensível para os profissionais e usuários brasileiros. Uma das plataformas digitais utilizadas por alguns museus é o Tainacan<sup>9</sup> que é um *software* responsável por contribuir para a preservação e compartilhamento dos acervos de diversos museus em sua plataforma, além que catalogar e armazenar informações.

---

<sup>9</sup> <https://tainacan.org/>.

Essa plataforma está em adaptação no MHAM que pretende utilizá-la para se atualizar e manter as informações à disposição dos usuários, independente do lugar em que esteja, por tratar-se de um *software* que permite compartilhar dados de catalogação das obras.

Sobre como é feito o tratamento descritivo dos objetos que compõem o acervo do MHAM, em seus relatos, a Museóloga esclareceu que são adotados alguns procedimentos e instrumentos, e que a descrição passa por diversas etapas: quarentena e higienização, o registro no livro de tombo, a identificação nas fichas de catalogação, o registro no fichário topográfico e a digitalização do acervo, conforme apresentado a seguir:

a) Quarentena e higienização

*Na verdade tem todo um protocolo, quando uma peça chega no Museu ela primeiro vai para aquilo que a gente chama de quarentena, é uma sala que a gente tem ao lado do ateliê, ela vai ficar ali, a gente vai fazer uma higienização mecânica, se precisar de um higienização química, a gente faz (Informação verbal)<sup>10</sup>*

O relato da museóloga revela que o processo de higienização do objeto é fundamental para garantir a segurança dos funcionários e usuários, principalmente neste momento em que vivencia-se a pandemia da Covid 19, que requer todo um cuidado, para evitar contaminações. Esse método tem início quando o objeto adentra no museu, mas deve ser realizado constantemente para evitar a infestação de pragas, manchas irreversíveis e outros danos aos quais as obras estão sujeitas.

b) O registro no livro do tombo

*Em relação ao processo de Catalogação nós temos o primeiro registro que é o livro de tombamento do acervo, contendo as informações básicas do objeto, tipo o que é o objeto e título do objeto. Ali, no livro de tombo, você sabe o nome do objeto, de onde ele veio, da procedência, se ele foi uma doação, compra, dentre outros. Você sabendo se é uma doação ou se é uma compra você já vai identificar quem foi o vendedor, quem foi o doador, isso no livro de tombo que é o nosso primeiro registro, um registro oficial dos museus, um documento ultra importante. As obras são tombadas no Museu, pois o livro de tombo fica aqui no MHAM na Rua do Sol. (Informação verbal)<sup>11</sup>*

Na descrição feita no livro de tombo (Figura 4), são colocadas informações como data, nome da peça, tipo de aquisição, estado de conservação da peça que segundo a museóloga é classificado como bom, regular e péssimo.

<sup>10</sup> Informação fornecida pela museóloga do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, em São Luís, em dezembro de 2021.

<sup>11</sup> Informação fornecida pela museóloga do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, em São Luís, em dezembro de 2021.



*pesquisa, então ali você vai ver os dados estilísticos e históricos da peça. (Informação verbal)*<sup>13</sup>

Além do livro de tomo é utilizada também a ficha catalográfica (Figura 5), conhecida no MHAM como ficha de identificação do acervo, na qual poderão ser encontradas informações a mais sobre o objeto, bem como o título e algumas descrições físicas.

Figura 5 - Ficha Catalográfica - Museu Histórico e Artístico do Maranhão – 2021

Fonte: Foto tirada pela museóloga do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, 2021

As fichas catalográficas possibilitam diversos tipos de informações, algumas mais genéricas contendo a biografia do objeto, ou seja, suas informações históricas; e outros campos mais específicos como, a descrição física do material, a exemplo da figura acima, na qual observa-se alguns campos adotados para o preenchimento das informações dos objetos do MHAM, como: vínculo, classificação, descrição física, descrição de conteúdo, dentre outros.

#### d) Registro no fichário topográfico

*Além disso nós temos o fichário topográfico que é uma ficha muito parecida com o livro de tomo, porém contém a foto da peça e ali a gente coloca a movimentação da peça, por exemplo, a peça saiu daqui da casa maranhense do Museu Histórico da Rua do Sol e foi para o Museu de Artes Visuais, aí a gente vai lá, local atual da peça: Museu de Artes visuais. (Informação verbal)*<sup>14</sup>

Comparando o fichário topográfico com as fichas de catalogação, pode-se observar que essas fichas focalizam dados como: autor, data, dentre outros, enquanto que o fichário

<sup>13</sup> Informação fornecida pela museóloga do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, em São Luís, em dezembro de 2021.

<sup>14</sup> Informação fornecida pela museóloga do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, em São Luís, em dezembro de 2021.

topográfico apresenta informações relacionadas às características do objeto, ou seja, referentes à sua composição. Além disso, A museóloga comenta que esse fichário contém a fotografia do objeto, permitindo assim fazer uma comparação da imagem deste no decorrer do tempo, para verificar se houve alguma mudança, além de possibilitar sua inserção em documentos e sites do museu para fins de exposição. Após esse procedimento é realizado o tombamento onde o objeto será reconhecido como sendo de valor histórico, artístico ou cultural, recebendo, por exemplo, uma etiqueta que o identifica como patrimônio.

#### e) Digitalização do acervo

*A gente não tem dificuldade porque o trabalho é contínuo, a gente não está mexendo em formato de documentação, muito pelo contrário a gente está tentando evoluir essa documentação, evoluir em que sentido?, nossa documentação vai ser toda digitalizada e colocada na plataforma Tainacan, uma plataforma que está sendo usada pela maioria dos museus do Brasil, mas a gente continua com a mesma numeração de origem da fundação. É uma questão de continuidade dos trabalhos museológicos desde sua fundação, porque ele já começou certo, ele começou dentro dos padrões da museologia internacional. (Informação verbal).<sup>15</sup>*

É importante e necessária a implantação de novas tecnologias no gerenciamento dos museus, principalmente, para a realização do processo de Catalogação, visto que há possibilidade de fazer alteração em relação aos dados dos itens e facilitar a sua localização e identificação. No MHAM, há iniciativas no sentido de implementação de ferramentas digitais para o tratamento do seu acervo, porém esse processo tem caminhado a passos lentos. O MHAM faz uso de uma plataforma on-line, Tainacan, para que todos os dados referentes às obras que compõem a coleção do museu sejam digitalizadas. É elogiável esse avanço por parte dos responsáveis pela instituição, observa-se que estão em busca de melhorias para aproximar mais os usuários do acesso às informações sobre as obras, assim como manter os dados de uma forma segura em caso de algum incidente, pois essa plataforma permite a gestão e a publicação de acervos digitais.

Considerando à aplicação das tecnologias de informação e comunicação no processo de Catalogação, existem alguns obstáculos quanto à obtenção e utilização de algumas plataformas digitais pelos museus brasileiros, alguns pelo fato de não estarem em idioma ou formato adaptáveis ou por terem um custo muito alto. Porém, é importante que as instituições se adaptem a essas tecnologias de forma a tornar suas atividades mais práticas e à disposição do usuário.

---

<sup>15</sup> Informação fornecida pela museóloga do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, em São Luís, em dezembro de 2021.

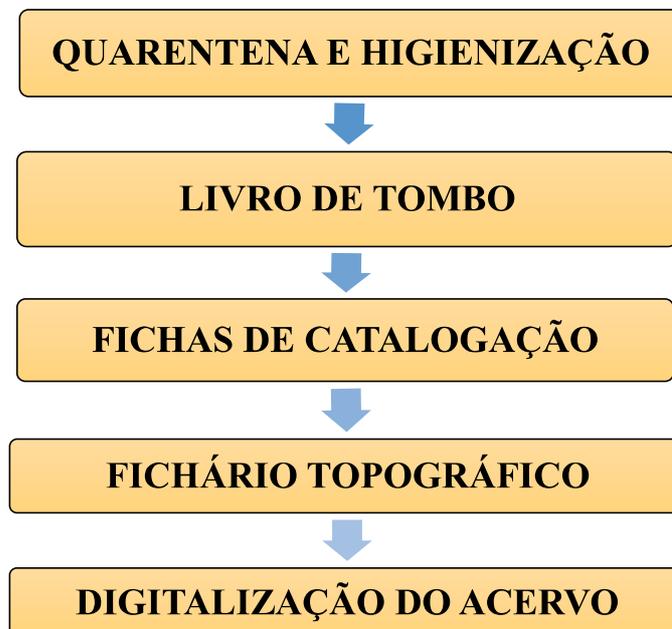
Outro aspecto que vale ser mencionado refere-se ao Quadro de Funcionários do Museu que atua no tratamento descritivo dos objetos. Sobre este assunto a museóloga relatou:

*Aqui a gente tem vários profissionais, tem eu, que sou da área de História, licenciada, mas, eu tenho especialização em museologia, e aí temos uma Pedagoga, uma pessoa de Turismo, na verdade a gente deveria ter um quadro onde contemplaria no Museu como um todo, museólogo, pedagogo, designer, um educador de arte, arte educador mas infelizmente o quadro do Museu não é sempre assim, teve período em que a gente teve todos os profissionais mas agora está muito reduzido. (Informação verbal)<sup>16</sup>*

É possível observar neste relato que há carência em relação à quantidade de colaboradores e especializações específicas no MHAM, por exemplo, não há um bibliotecário e especialista em tecnologias da informação, colaboradores estes que só tendem a contribuir no processo de catalogação, principalmente quando o museu está passando por uma mudança na digitalização das obras e requer pessoas qualificadas nas áreas que incluem a atividade de descrição.

Os relatos evidenciaram que no processo de Catalogação de seus itens, o MHAM adota os procedimentos e instrumentos que são necessários para a concretização desse processo, bem como permitiram identificar os instrumentos e etapas adotadas na descrição do acervo do museu como mostra o fluxograma a seguir:

Figura 6 - Processo de Catalogação do acervo do MHAM



Fonte: Elaborado pela própria autora.

<sup>16</sup> Informação fornecida pela museóloga do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, em São Luís, em dezembro de 2021.

A descrição dos objetos deve ser registrada de forma que seja compreensível para o usuário e que assim poderá contribuir para o compartilhamento das informações acessadas, pois segundo Santos (2013) a forma como a informação está representada interferirá na decisão do usuário ao acessá-la, pois este irá avaliar no final da sua busca se as referências encontradas contribuirão ou não com sua pesquisa. Assim, durante o desenvolvimento desse processo, o profissional é responsável por fazer uso de termos que sejam claros para os usuários. No caso das visitas orientadas, por exemplo, o profissional antes de receber os usuários faz um estudo específico sobre cada item, para poder orientá-los melhor e repassar as informações corretas. Ainda que trabalhe no local há muito tempo, o estudo constante é necessário para atualizar as ações e informações do museu.

É fundamental que o museu busque formas de atrair o público e motive os usuários, despertando neles a curiosidade pelos objetos, e estimulando-os aos questionamentos durante as exposições, sejam elas presencial ou on-line. Além dos usuários é importante que os profissionais também sintam-se motivados a aprenderem cada vez mais, inclusive, durante as exposições, onde se tem a troca de informações e saberes entre colaboradores e visitantes.

No que se refere à satisfação e curiosidade dos usuários quanto às informações descritas sobre os objetos no MHAM, a museóloga relatou que:

*No geral eles perguntam [...] alguma coisa durante o circuito, sobre o acervo, sobre aquele ambiente onde ela se encontra, no geral acontece isso. Daí a importância da pesquisa de acervo que é exatamente buscar cada dia a utilização, a história daquele objeto de como ele foi confeccionado, como ele foi usado, porque ele foi usado, uma série de coisas que a pesquisa de acervo vai nos trazer essas informações. É claro que isso aí é um item ainda que não é o nosso trabalho. Pesquisa e acervo, ainda não é um trabalho excelente porque a gente tem muita dificuldade com pesquisa, mas a gente tem buscado fazer isso. (Informação verbal).<sup>17</sup>*

O circuito no museu, ou seja, uma visita guiada, é importante por propiciar esse contato físico entre a obra e o usuário que, como observado no relato da museóloga, pode despertar sentimento nas pessoas, por exemplo, quando se vai a uma visita no Museu de Arte Sacra, aquele usuário que é muito devoto, poderá ficar emocionado com aquele momento, de certa forma ele se identifica com a obra à sua frente, a qual desperta nele uma curiosidade em querer saber mais sobre aquele objeto.

Assim, o MHAM se preocupa com a forma como as informações são descritas para os usuários, pois estes são o principal alvo do Museu e de todos os museus em geral, pois

---

<sup>17</sup> Informação fornecida pela museóloga do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, em São Luís, em dezembro de 2021.

dependendo da forma como o usuário absorveu aquelas informações durante o circuito, ou seja, o passeio pelo museu, ele irá repassar as informações adquiridas e até fazer a divulgação, influenciando outras pessoas a visitarem a instituição.

O museu se encontra em um contexto plural no qual estão envolvidos tanto os visitantes quanto os profissionais. Por esse motivo, deve haver a preocupação em criar condições para produzir no visitante o desejo de retornar, e ao profissional, para sentir-se motivado a executar suas atividades e trabalhar nesse local (BEMVENUT; CURY, 2017). Deste modo, diante de qualquer mudança, adaptação ou alteração, por parte do museu deve-se pensar no usuário também como disseminador de informação, pois ele poderá repassar às outras pessoas as informações adquiridas durante a visita, despertando nelas o desejo de conhecer aquele local. A instituição deve estar aberta às sugestões dos usuários que poderão opinar sobre como melhorar, por exemplo, as exposições, dentre outros aspectos observados por eles, permitindo ao usuário sentir-se parte daquele mundo ao seu redor, com o qual está tendo contato naquele momento.

Quanto ao processo de Classificação dos objetos museais, para que sejam considerados parte da coleção, esses objetos passam por categorização, onde são reunidas as informações necessárias para seu ordenamento no acervo, conforme sua finalidade na instituição, ou seja, o objeto a partir de sua aquisição poderá estar sujeito às mudanças quanto ao seu objetivo na entidade da qual faz parte. Modificações com relação ao seu significado e sua finalidade poderão ou não acontecer, pois depende do espaço onde se encontra, do novo contexto ao qual irá fazer parte, e do profissional responsável por tal atividade. (BRULON, 2015). Por exemplo, isso acontece quando um objeto chega ao MHAM, se após a análise o profissional identificar que ele deva ser encaminhado para um dos anexos da instituição, ou seja, ele fará parte da coleção com a qual está relacionado.

Portanto, o processo de Classificação assim como outras atividades relacionadas ao tratamento de um documento varia de acordo com o conhecimento do profissional responsável e o contexto no qual o material está inserido, ou seja, o item está sujeito às mudanças, especificamente relacionadas ao seu conceito e objetivo. A classificação é o processo de identificação do objeto dentro da instituição, como por exemplo, qual seu contexto dentro da instituição e de qual setor fará parte, conforme as informações que já possui antes mesmo de chegar ao museu. Esse processo de classificação não pode ser subjetivo, ao contrário, deve ser amplo atingindo toda a cultura da sociedade. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU DA CASA DE PORTINARI, 2010).

Embora a técnica da Classificação dependa do profissional, não pode haver subjetividade nesse processo, ou seja, o responsável por essa atividade não deve colocar a própria opinião, mas sim julgar os itens conforme a política que rege o sistema adotado pelo museu. Ao ser inquirida sobre o método aplicado para classificar os objetos do MHAM, a museóloga relatou que,

*o registro do objeto é feito no livro de tomo contendo a data de sua aquisição e demais informações da peça. Então estas são ordenadas por data, tipo de aquisição, procedência, estado de conservação sendo atribuído como bom, regular ou péssimo; e observações que só podem ser registradas se forem informações permanentes. (Informação verbal).<sup>18</sup>*

Este relato revela que no entendimento da museóloga, a classificação dos itens no museu assemelha-se ao registro no livro de tomo. Acredita-se que os objetos museais, quando expostos para o público, certamente seguem algum tipo de classificação, para serem colocados juntos em uma categoria.

Com base no que foi exposto, sobre a política de organização do MHAM, pode-se dizer que no decorrer dos anos não houve mudanças significativas, nesse aspecto relacionado aos itens do acervo, pois sempre se manteve baseada nos padrões do ICOM, que tem como objetivo a criação de padrões e a qualidade dos serviços prestados a comunidade através do encontro entre profissionais (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013). Embora o Museu esteja se adaptando às plataformas digitais, o mesmo ainda se encontra estagnado a um determinado padrão, o que de certo modo impede a sua atualização em relação aos demais museus que já se encontram modernizados.

Por fim, observou-se que no MHAM o processo de Catalogação segue os padrões da museologia internacional e também não possuem seu acervo digitalizado, mas que, segundo a profissional entrevistada, estão tentando evoluir de forma a tornar a documentação digitalizada em uma plataforma já utilizada pela maioria dos museus. Outra informação é que são feitas divulgações do acervo e eventos na rede social do museu, o *instagram*<sup>19</sup> (Anexo A).

Antes da exposição de uma obra é necessário planejamento por parte da instituição, para que haja melhor entendimento para os usuários e para os funcionários, para assim facilitar a localização de algum item, a exemplo a Secretaria de Estado da Cultura (2006) quando sugere a realização de pesquisa relacionada à exposição, considerando a seleção do tema a ser abordado, levantamento dos objetos a serem expostos, se possível fazer

---

<sup>18</sup> Informação fornecida pela museóloga do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, em São Luís, em dezembro de 2021.

<sup>19</sup> <https://www.instagram.com/museuhistoricoeartistico/>.

empréstimos através de documentação, confecção de folders e painéis, dentre outros procedimentos para a realização da exposição.

Portanto deve-se realizar um plano a ser seguido para que haja um resultado satisfatório após as observações do público. Por isso, é fundamental a classificação, que é a organização dos itens ao chegar na instituição para poder ser encaminhado para o seu local fixo, seja dentro da própria instituição se for um museu casa, seja para unidades afins. No caso do MHAM, que possui outras unidades sob sua gerência, a partir da identificação dos objetos, estes poderão ser encaminhados para uma de suas unidades, desde que seja verificado a qual tema está relacionado e definida a qual coleção será integrado, ou seja, se for uma obra religiosa irá para o Museu de Arte Sacra e se for referente a história afrodescendente, irá para a Cafua das Mercês.

#### 5.2.4 Contribuição do museu na informação do cidadão

O museu é uma importante fonte de informação para a sociedade, pois se ele não se comunica com seu público, se torna um local apático e longe dos usuários (SILVA; BITENCOURT, 2018), daí a importância das exposições, programações e divulgações para que as pessoas possam interagir e, ao mesmo tempo, obter informações e gerar conhecimento sobre o objeto. O contato físico com a obra proporciona melhor aprendizado sobre, por exemplo, algum assunto aprendido em sala de aula, pois ao se falar em museu como preservação de uma história social, surgem vários questionamentos, como por exemplo, se ele é um local de pesquisa ou que conhecimento proporciona, dentre outros, que às vezes requer uma resposta fora da sala de aula, ou seja, através de uma visita a um determinado museu (MARQUES, 2021).

O museu é uma unidade de informação onde as pessoas podem realizar suas pesquisas. É um local de educação, pois as visitas guiadas são aulas práticas, através das quais, as pessoas podem compreender um assunto tendo contato direto com o objeto, por exemplo, que represente determinado assunto ou período histórico, entre outros aspectos. A nova postura adotada pelos museus fez com que deixassem de ser vistos como armazéns de objetos para um ambiente de geração e difusão de conhecimento, focado na contribuição em pesquisas, educação e comunicação mediante a variedade de itens em sua coleção que remetem a diferentes épocas e fontes (GULKA, 2012). Esta unidade de informação possibilita conhecimento além daqueles transmitidos em sala de aula, ou aprendidos nas relações sociais, permite às pessoas voltarem no tempo e conhecer culturas passadas. Há também, museus com obras atuais, que não deixam de ter objetivos semelhantes às outras unidades de sua categoria,

mas dispõem de acervo voltado para um contexto diferenciado, porém, não menos importante e que também permite a obtenção e troca de conhecimentos sobre uma determinada cultura.

Longos momentos de exposição podem causar certa exaustão nos visitantes, por isso é importante que o guia do local disponha de métodos que tornem o momento dinâmico, podendo, por exemplo, fazer perguntas relacionadas ao que foi dito durante o percurso ou outras descontrações, podendo ser relacionada ao museu.

Sobre a contribuição do museu na informação do cidadão, a museóloga do MHAM relatou que:

*O Museu, [...] é uma instituição de prestação de serviço para a comunidade, é um espaço de preservação da memória, então ele vai contar essa história da cidade para as pessoas. Até no Museu de Arte Sacra, se você for lá você vai ver que ele conta a história do Maranhão através da experiência religiosa. Então, aqui é uma casa onde a gente tem um leque de possibilidades de falar de todas as culturas, de falar da cultura maranhense de um modo geral através do acervo do Museu Histórico e Artístico do Maranhão.” (Informação verbal)<sup>20</sup>*

O MHAM é importante para a formação e informação das pessoas, assim como os outros museus, por possibilitar aos usuários uma viagem no tempo permitindo conhecer outras culturas e refletir o antes e o depois da vida e os costumes da sociedade no passado. Proporciona um melhor entendimento para as pessoas, por disporem de objetos que remetem a um outro tempo, costumes, hábitos, dentre outros, pois ao ter o contato físico há uma melhor compreensão do que as vezes não é entendido por um texto, por exemplo, sem contar na sensação de se sentir naquela época, no caso de um museu-casa como é o MHAM.

É interessante o que a museóloga relata com relação às visitas realizadas ao Museu quando comenta que uma das funções dos circuitos é despertar sentimento nas pessoas, uma vez que o visitante, ao entrar em contato físico com as obras, sente como se tivesse voltado no tempo, para vivenciar as experiências do passado de outras gerações. Além disso o circuito permite ao usuário perceber nas obras informações que conduzam à compreensão do significado daquela peça, sua importância, sua função, para melhor entendimento da história ali retratada, contribuindo na formação e informação das pessoas.

---

<sup>20</sup> Informação fornecida pela museóloga do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, em São Luís, em dezembro de 2021.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi averiguar as estratégias adotadas no tratamento e organização documental do acervo do MHAM, com vistas a compreender como essas ações contribuem no resgate e socialização da história da Cidade de São Luís. Para tanto, procurou-se discorrer sobre a Catalogação como fonte de informação para a sociedade e observou-se que esse processo é importante por facilitar a localização do item no acervo, contribuir com pesquisas e para a construção e preservação da memória da sociedade.

Ao discutir sobre a Catalogação descritiva em museu concluiu-se que são utilizados alguns instrumentos como códigos e normas de descrição que direcionam para a identificação do item na coleção, e sua representação, tornando-o único entre os demais. Estas ações contribuem na recuperação da informação pelo usuário.

Por último, procurou-se identificar os instrumentos e métodos empregados no processo de catalogação do acervo do MHAM para refletir se esse processo é compreensível para o usuário nas tarefas de busca e recuperação da informação, e concluiu-se que:

- a) Em relação à aplicação das tecnologias de informação e comunicação no processo de catalogação, existem alguns obstáculos quanto à obtenção e utilização de plataformas digitais pelos museus brasileiros, sendo pelo fato de não estarem em idioma ou formato adaptáveis ou por terem um custo muito alto. Porém, é importante que as instituições se adaptem a essas tecnologias de forma a tornar suas atividades mais práticas e à disposição do usuário.
- b) Os instrumentos usados são o livro de tomo, fichas de catalogação e fichário topográfico, condizentes com padrões internacionais, sendo mantido um só padrão, o do ICOM, desde a criação do museu. Talvez, o conhecimento de outros padrões por meio de cursos de formação continuada, atualizações, pudesse contribuir para a escolha do padrão mais adequado e atual para o tratamento do acervo do museu.
- c) Os métodos empregados no processo de descrição e classificação são a transcrição dos dados referentes aos objetos do museu, que traz o detalhamento da descrição física do item e a análise sobre o seu conteúdo. Percebeu-se que esses dois processos são considerados semelhantes, e que há necessidade de formação continuada e contratação de outros profissionais que possam contribuir nesse processo.
- d) O processo de Catalogação do acervo do MHAM contribui para a recuperação da informação pelo usuário, na medida que a linguagem utilizada na descrição dos

itens seja compreensível para o usuário e facilite a localização destes na coleção, de forma que desperte o interesse do usuário por saber mais sobre aquele item e a instituição.

Neste sentido, conclui-se que o tratamento descritivo do acervo do MHAM tem contribuído para o resgate histórico da cidade de São Luís - MA, mas muito ainda precisa ser feito, a exemplo da operacionalização atualizada no uso das tecnologias para tratamento da coleção no processo de descrição dos dados, para fortalecer as estratégias de busca e recuperação da informação pelos usuários; a atualização tecnológica de serviços e produtos para o pleno funcionamento do museu digital, e para a criação de museus virtuais, visto que as pessoas tendem a se tornar cada dia mais conectadas.

Este estudo atingiu o objetivo esperado e serve de fonte de informação para novos estudos sobre a representação da informação em museu. Além disso, contribui para despertar no leitor o interesse por conhecer o MHAM e todo o seu acervo que tem valor histórico, científico, cultural, além de atender às necessidades de entretenimento. Sugere-se que novos estudos sobre este tema possam despertar o interesse da sociedade para lançar um novo olhar sobre os museus e assim ampliar os interesses para a manutenção e dinamização dessas unidades de informação. Sugere-se também a inclusão do bibliotecário no quadro de funcionários do museu, pois este profissional detém os conhecimentos necessários para a realização do processo de descrição de itens e pode contribuir na descrição de objetos museais, estando presente em todas as etapas. Além de fomentar estratégias para promover o treinamento de usuários e o desenvolvimento de suas competências para a busca, recuperação, uso e reuso da informação nesses ambientes.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **Catálogo e descrição de documentos fotográficos em bibliotecas e arquivos**: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD (G). 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/95536?show=full>. Acesso em: 11 jul. 2021.
- ALIQUID NOVI. **ISBD e normas**: bibliotecas agrupamento de escolas de Mealhada. [200-?] Disponível em: <https://besmealhada.wordpress.com/catalogo/isbd-e-normas/>. Acesso em: 23 jul. 2022.
- ALMEIDA, Álea Santos de; RANGEL, Aparecida Marina de Souza. A metodologia de pesquisa e catalogação dos cômodos do Museu Casa de Rui Barbosa. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 27, p. 1-45, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/145597>. Acesso em: 3 jan. 2022.
- ALVES, Maria Veronica. **O Processo de catalogação**: análise e modelagem. 2014. 45 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/339>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- ALVES, Maria das Dores Rosa; SOUZA, Marcia Izabel Fugisawa. Estudo de Correspondência de elementos metadados: Dublin Core e Marc 21. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campina, v. 4, n. 2, p. 20-38, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2019/2140>. Acesso em: 23 jul. 2022.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações institucionais e teóricas. **Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.16, n. 31. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p110>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI (Brasil): **Documentação e conservação de acervos museológicos**: diretrizes. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010. Disponível em: [https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Documentacao\\_Conservacao\\_Acervos\\_Museologicos.pdf](https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Documentacao_Conservacao_Acervos_Museologicos.pdf). Acesso em: 2 abr. 2022.
- ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI (Brasil): **Como gerir um museu**: manual prático. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura. Brodowski. 2015. 216 p. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Como%20Gerir%20um%20Museu.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. [São Paulo]: Edições 70, 2016.
- BEMVENUTI, Alice; CURY, Marília. Gestão de Museu: princípios e processos na comunicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., Marília, SP, 2017. **Anais [...]**. Marília, SP: UNESP, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/104712>. Acesso em: 4 jan. 2022.

DANON, Julia. **Política de desenvolvimento de coleções em biblioteca escolar**: Colégio Imaculada Conceição. 2013. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Gestão em Unidade de Informação) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis - FACC, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/240>. Acesso em: 3 jan. 2022.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução de Bruno Bulon Soares, Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013, 100 p. Disponível em: [http://www.icom.org.br/?page\\_id=34](http://www.icom.org.br/?page_id=34). Acesso em: 16 jan. 2022.

EDUVIRGES, Joelson Ramos. O processo de formação e desenvolvimento de coleções da biblioteca central da Universidade Estadual do Piauí. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Teresina, PI, v. 3, n. 2, p. 1-15, jan. 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/60920>. Acesso em: 2 abr. 2022.

FABBRI, Angelica; MACHADO, Cecília. Informatização dos acervos dos museus como ferramenta de acesso. In: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI et al. **Documentação e conservação de acervos museológicos**: diretrizes. São Paulo: Brodowski. 2010. Disponível em: [https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Documentacao\\_Conservacao\\_Acervos\\_Museologicos.pdf](https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Documentacao_Conservacao_Acervos_Museologicos.pdf). Acesso em: 11 jul. 2021.

FENERICK, Gabriele Maria Pereira. **Representação descritiva**: catalogação. Batatais, SP: Claretiano, 2018. 138 p. Disponível em: <http://biblioteca.claretiano.edu.br/anexo/00007b/00007b0b.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2021.

GULKA, Juliana Aparecida. **Procedimentos de incorporação, catalogação e registro nos museus de Florianópolis**: interdisciplinaridade entre Biblioteconomia e Museologia. 2012. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/98621>. Acesso em: 11 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br>. Acesso em: 30 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Acervos digitais nos museus**: manual para realização de projetos. Universidade Federal de Goiás. Brasília: Ibram, 2020. 140 p. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/acervos-digitais-nos-museus-manual-para-realizacao-de-projetos/>. Acesso em: 12 jul. 2021.

LIMA, Fábio Rogério Batista; SANTOS, Plácida Leopoldina V. A. C.; SEGUNDO, José Eduardo Santarém. Padrão de metadados no domínio museológico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 50-69, jul./set. 2016. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2639>. Acesso em: 3 jan. 2022.

LIMA, José Leonardo Oliveira ; ALVARES, Lillian. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (org.). **Organização da informação e do**

**conhecimento:** conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012. 248 p. Capítulo 1, p. 21/48. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/esvcv0>. Acesso em: 12 jul. 2021.

LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; GALEMBECK, Paulo de Tarso. A Metarrepresentação do assunto em resumos de textos científicos: reflexões iniciais de uma proposta de estudos. In: CERVANTES, Brígida Maria Nogueira (org.). **Horizontes da organização da informação e do conhecimento**. Londrina: EDUEL, 2012. p. 173-189.

MACHADO, Raildo de Souza; ZAFALON, Zaira Regina. **Catálogo:** dos princípios e teorias ao RDA e IFLA LRM. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. 128 p. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/336>. Acesso em: 12 jul. 2021.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista Semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISAS E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2., 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais [...]**. Bauru: USC, 2004. 10 p. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini\\_2004\\_entrevista\\_semi-estruturada.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf). Acesso em: 12 abr. 2022.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. **Museu Histórico e Artístico do Maranhão:** intervenções estruturais e história institucional. São Luís, 2014. 72 p.

MARQUES, Walter Rodrigues. **Mediação cultural e arte/educação não-formal na Cafua das Mercês**. Revista Bibliomar, São Luís, v. 20, n. 2, p.113-139, jul./dez. 2021. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/16766>. Acesso em: 4 jan. 2022.

MEDEIROS, Jackson da Silva. Mapeamentos de domínios: uma reflexão sobre a construção de modelos conceituais, 2020, 55-64 p. In: FERREIRA, Glória I. Sattamini; BONOTTO, Martha E. K. Kling. **Organização da Informação:** textos didáticos. Porto Alegre: UFRGS, 2020. 90 p. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/220539>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995. 123 p.

MEY, Eliane Serrão; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009, 217 p.

MICHAELIS. Documento. Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 23 jul. 2022.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 87-94, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/463>. Acesso em: 3 jan. 2022.

MUSEU Histórico e Artístico do Maranhão. Disponível em: <https://www.instagram.com/museuhistoricoeartistico/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

ORTEGA, Cristina Dotta. Contexto de desenvolvimento da organização da informação, com enfoque para a catalogação, na Escola de Ciência da Informação da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.2, p.182-215, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1805>. Acesso em: 10 jul. 2021.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Tradução e organização Antônio Agenor Briquet de lemos. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2018.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação museológica e gestão de acervo**. v. 2. Florianópolis: FCC, 2014, 71 p. (Coleção estudos museológicos). Disponível em: <https://biblioteca.museus.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=868>. Acesso em: 10 jul. 2021.

PALHARES, Maria Cristina; SILVA, Andréa de Benedetto; et al. Proposta de catalogação para acervo de indumentárias do museu da imigração de São Paulo. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 3, p. 94 -123, set./ dez., 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1283>. Acesso em: 11 jul. 2021.

PEREIRA, Josimar. **Museu Histórico e Artístico do Maranhão**: 30 anos contando a nossa História. São Luís: UNIGRAF, 2003. 73 p.

REIS, Mateus da Silva. **Museu e informação: uma proposta de avaliação da ficha de catalogação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. 2018. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia)-Faculdade de Artes Visuais, Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/handle/prefix/2219>. Acesso em: 2 abr. 2022.

SANTA ANNA, Jorge. A (r) evolução digital e os dilemas para a catalogação: os cibertecários em atuação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v. 13, n. 2, p. 312-328, maio/ago. 2015.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Catalogação, formas de representação e construções mentais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-24, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/115044>. Acesso em: 4 jan. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **Princípios básicos da museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus, 2006, 100 p. Disponível em: [https://www.comunicacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-09/p\\_museologia.pdf](https://www.comunicacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/p_museologia.pdf). Acesso em: 16 jan. 2022.

SILVA, Angélica Brito; BITENCOURT, Eron Matheus. Descobrir o museu, (re)descobrir a cidade. **ETD-Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 20, n. 3, p. 586-603, jul./set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8651710>. Acesso em: 4 jan. 2022.

SILVA, Anna Paula da. **Entre conceitos de documentação museológica e arte contemporânea: análise do Donato como sistema de catalogação do acervo do Museu Nacional do Conjunto Cultural (2011- 2013)**. Universidade de Brasília, 2013, 218 p.

Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6178/1/2013\\_AnnaPauladaSilva.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6178/1/2013_AnnaPauladaSilva.pdf). Acesso em: 15 jul. 2021.

SILVA, Camila Aparecida da. **Avaliação dos processos de catalogação em museus de arte: o museu de arte contemporânea da Universidade de São Paulo**. 2015. 299 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/index.php?option=com\\_jumi&fileid=11&Itemid=76&lang=pt-br&filtro=cataloga%C3%A7%C3%A3o%20em%20museu](https://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=11&Itemid=76&lang=pt-br&filtro=cataloga%C3%A7%C3%A3o%20em%20museu). Acesso em: 14 jul. 2021.

TAINACAN. Disponível em: <<https://tainacan.org/>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1997.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista**. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual de São Paulo, Marília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93662?show=full>. Acesso em: 10 jul. 2021.

## ANEXO A – OBJETOS QUE FAZEM PARTE DA COLEÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO MARANHÃO (MHAM)

### Recamier



SECMA

GOVERNO DO MARANHÃO



### Cuspideira



SECMA

GOVERNO DO MARANHÃO



### Piano



SECMA

GOVERNO DO MARANHÃO



### Sala do Homem



SECMA

GOVERNO DO MARANHÃO



# Sala da Mulher



SECMA

GOVERNO DO MARANHÃO



# Oratório e Carranca



SECMA

GOVERNO DO MARANHÃO



# Leques



SECMA

GOVERNO DO MARANHÃO



# Quarto do Rapaz



SECMA

GOVERNO DO MARANHÃO



# Quarto da Moça



# Quarto do Casal



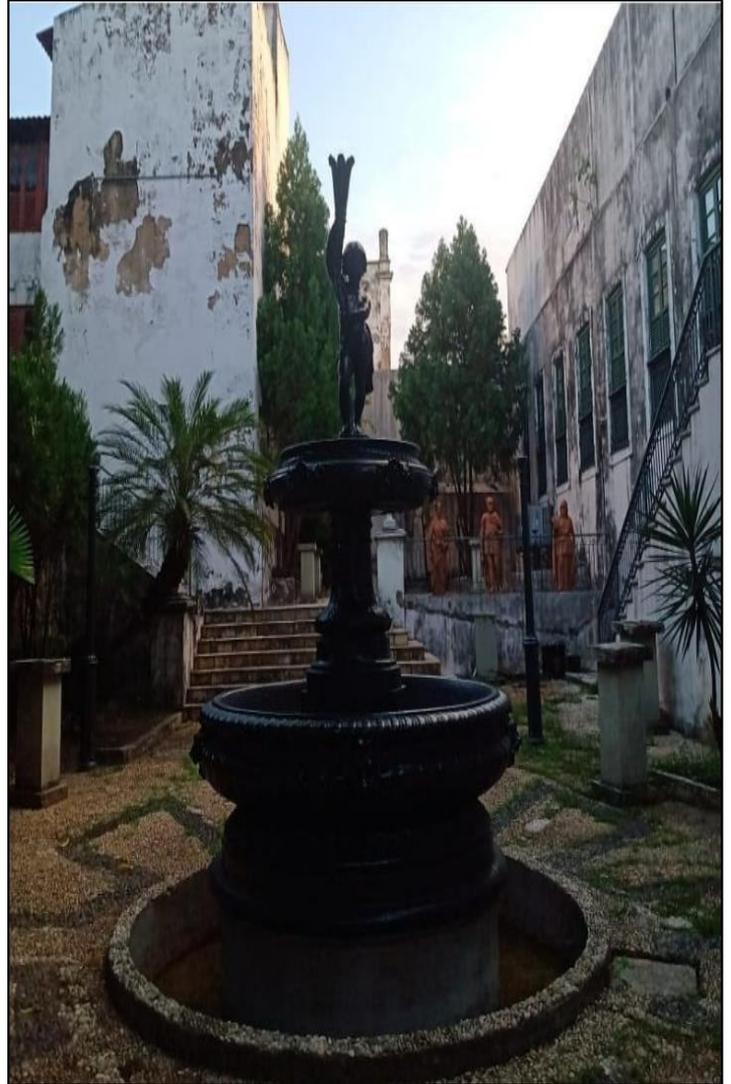
# Cozinha



# Sala de Jantar



# Estátuas



## ANEXO B – CARTA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA NO MUSEU HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO MARANHÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão

Centro de Ciências Sociais

Curso de Biblioteconomia

Senhor(a) Chefe(a),

Gostaríamos de solicitar sua permissão para que a aluna Thamiris Everton Silva, do Curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Maranhão, possa realizar visita ao Museu Histórico e Artístico do Maranhão, com o intuito de entrevistar profissionais para conhecer o processo de catalogação dos objetos do MHAM.

A referida aluna está desenvolvendo a pesquisa de monografia de conclusão de curso intitulada "A catalogação aplicada ao Museu Histórico e Artístico do Maranhão como método de recuperação da história da cidade de São Luís". O objetivo da pesquisa é: compreender como o processo de catalogação em museu pode contribuir na recuperação da história da cidade de São Luís.

Os dados coletados serão usados somente para fins acadêmicos e será respeitado o anonimato dos entrevistados, mantendo-se os princípios éticos da pesquisa científica. A qualquer momento, a instituição e os profissionais que concordarem em participar da pesquisa poderão solicitar e ter acesso aos dados do estudo.

São Luís, 25 de novembro de 2021.

Prof.ª Dra. Aldimar Martins Bottentuit

Coordenadora do Curso de Biblioteconomia/UFMA

Prof.ª Dr.ª Aldimar Bottentuit  
Coord. do Curso de Biblioteconomia  
UFMA/NAL SIAPE 3048127

Visto:

Prof.ª Dra. Silvana Maria de Jesus Vetter  
Departamento de Biblioteconomia/UFMA  
(Orientadora)

À/o Chefe do Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

## **APÊNDICE A**

### **PESQUISA: CATALOGAÇÃO NO MUSEU HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO MARANHÃO: tratamento do acervo e contribuição para a recuperação informativa na Cidade de São Luís – MA.**

**ALUNA/PESQUISADORA: THAMIRIS EVERTON SILVA**

#### **ROTEIRO DA ENTREVISTA**

1. O acervo do MHAM é composto por quantas obras?
2. Como se dá o processo de aquisição das obras?
3. Existe uma política específica para a organização documental do acervo do MHAM? Poderia comentar, por favor.
4. Como é feita a catalogação/representação descritiva dos objetos e documentos que compõem o acervo? Quais profissionais são envolvidos nesse processo? Quais os instrumentos utilizados?
5. Na sua opinião, a descrição dos objetos apresentada ao público tem despertado a curiosidade dos visitantes com perguntas para obterem mais informações, ou na maioria dos casos mostram-se satisfeitos com as informações descritas?
6. Qual o método aplicado para classificar as obras que compõem a coleção do Museu?
7. Como o Museu contribui na formação e informação das pessoas?